

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS

LUIZA LAGUNA RODRIGUES

**ENUNCIÇÃO E ESTUDO DO TEXTO:**

Uma proposta de leitura-análise de discursos narrativo e dissertativo-argumentativo

PORTO ALEGRE

2018

LUIZA LAGUNA RODRIGUES

**ENUNCIÇÃO E ESTUDO DO TEXTO:**

Uma proposta de leitura-análise de discursos narrativo e dissertativo-argumentativo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Carmem Luci da Costa Silva.

Coorientadora: Profa. Dra. Aline Juchem.

PORTO ALEGRE

2018

## AGRADECIMENTOS

Assim como afirma Eduardo Galeano na epígrafe deste trabalho e como o fez em diversos outros momentos de sua vida, tal como na famosa frase “Los científicos dicen que estamos hechos de átomos, pero a mí un pajarito me contó que estamos hechos de historias”, também acredito que somos filhos dos dias que vivemos, das histórias que vivenciamos e, indo mais além, das pessoas com quem compartilhamos essa travessia. Por essa razão, nada mais justo que dedicar um pequeno espaço de meu trabalho para agradecer a quem não soltou a minha mão ao longo do percurso.

À minha família – meus pais, Lucia e Roziul, e minha irmã, Júlia – por compreenderem os estudos que adentravam as noites, as luzes ligadas de madrugada, a falta de tempo para auxiliar em diversos momentos dos últimos cinco anos. Vocês sempre me apoiaram e deixaram claro o papel fundamental que a educação sempre teve e sempre terá na minha vida. E ao meu avô, Helio, por todas as vezes que passou feriados comigo porque não pude acompanhar a família nas viagens em razão de ter trabalhos por fazer. Amo vocês.

À minha prima-irmã, Isadora, que agora vive longe de mim, mas que eu sei que *will be there until the end*. Obrigada por abrir meus olhos em relação a cursar Direito ou Letras, direcionando minha atenção para o caminho que, al fin y al cabo, era o único possível e imaginável para nós duas. Nada nesse mundo nos afastará.

À Daniela, minha prima e companheira de jornada ao longo dos últimos vinte e dois anos, por ser tão diferente de e tão igual a mim, por me entender como ninguém.

À minha orientadora, Carmem Luci, que me acolheu em seu grupo de pesquisa e amparou-me durante todo o tempo de estudos e discussões, orientando-me pacientemente na realização deste e demais trabalhos. Também agradeço por ter sido uma inspiração ao longo da graduação, desde o segundo semestre, quando nos conhecemos, até os dias de hoje, sendo uma professora, uma orientadora e uma mulher inspiradora.

À minha coorientadora, Aline, pela leitura atenta e cuidadosa deste trabalho ao qual conferiu relevantes (e amáveis) contribuições.

Às minhas “chefas”, Jane e Lucia, orientadoras por praticamente oito semestres da graduação. À professora Ingrid, parceira de longas conversas e reflexões na sala 230A. Se não

fosse por momentos compartilhados com essas três, eu não teria tão certo o rumo que quero dar a meu futuro profissional. Obrigada pelo companheirismo e pela amizade de sempre.

Às “hispanoprofes” mais amadas desse curso: Karina, Liliam e Natália. Obrigada por me transmitirem a paixão por nosso espanhol; por mostrarem que não tenho de escolher entre brasilidade e hispanidade, mas sim navegar pelos afluentes dessas belas línguas; por me apresentarem *un outro mundo posible*.

À “minha pessoa”, Izadora, por sempre desbravar as *veredas* da vida comigo, todos os dias, por cinco anos; nunca antes viagens diárias de transporte público foram tão frutíferas e significativas quanto as nossas. À Sara, amiga fiel, pela amizade sincera, por me mostrar outro jeito de olhar para as coisas. À Bruna, apenas por ser quem ela é e por mostrar-se sempre tão indispensável em nosso grupo. Vocês preenchem minha incompletude.

Ao Rodrigo, meu companheiro, por todos os fins de semana de abandono, pelos momentos de ansiedade vividos, pelas idas tardias e voltas antecipadas da praia porque eu tinha aulas, provas, artigos, ensaios e leituras por fazer; e principalmente pela empatia em relação à elaboração deste trabalho, razão de dramas dignos de novela mexicana. Obrigada por suavizar minha rotina.

Às minhas amigas – Isadora, Larissa, Mariana e Morgana – pelas experiências vividas ao longo dos últimos oito anos; por fazerem-se sempre presentes; por uma amizade para a vida toda.

Ao PIBID/UFRGS – Língua Portuguesa, por ser um dos projetos mais admiráveis e essenciais do meio acadêmico universitário, proporcionando a articulação entre teoria e prática, levando às escolas públicas brasileiras o que é desenvolvido nas universidades e trazendo para a academia a realidade da sala de aula. Ainda em tempo, por ter sido fundamental em minha formação.

À UFRGS, por, apesar de todas as dificuldades que possui, continuar oferecendo um ensino superior público e de qualidade do qual muito me orgulho.

A todos os meus alunos e ex-alunos, em especial aos do Veredas e do CEUE Pré-Vestibular.

*“Yo creo que fuimos nacidos hijos de los días, porque cada día tiene una historia y nosotros somos las historias que vivimos.”*

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

A partir dos estudos enunciativos de Émile Benveniste, principalmente dos textos “O aparelho formal da enunciação” e “A forma e o sentido na linguagem”, presentes em *Problemas de Linguística Geral II*, este trabalho se propõe a analisar textos para fundamentar propostas de leitura como instância reflexiva de análise. O objetivo consiste em mostrar como a sintagmatização de uma mesma palavra no discurso produz semantização para a constituição da relação intersubjetiva, para o estabelecimento da referência e para percepção da posição do locutor no discurso. Para isso, ancoramo-nos na perspectiva enunciativa de Benveniste e nos deslocamentos dessa abordagem – para o campo de estudos do texto, de leitura e de análise textual – realizados por estudiosos da enunciação. Abordamos, portanto, a singularidade do sentido das formas na língua em emprego em relação com as noções de intersubjetividade e referência, fundamentais para pensar o discurso. Ainda, com base nos estudos enunciativos de Benveniste, o texto é concebido não como produto, mas como processo que carrega a passagem do locutor a sujeito e a postulação de um alocutário. Por meio dessa noção de texto, servimo-nos de Knack (2012) para pensar uma abordagem do texto por meio da teoria enunciativa; após, dialogamos com a tese de Naujorks (2011) para tratarmos de leitura e então pensa-la como processo enunciativo; em seguida, tratamos da leitura-análise estudada por Mello (2012), questão a qual nos leva à tese elaborada por Cremonese (2014), concebendo a leitura como instância reflexiva de análise. Por isso, por meio da análise dos textos *Beatriz, uma palavra enorme*, do autor Mario Benedetti, e *Brasil, um país desacostumado à liberdade*, do autor Guilherme Spadini, busca-se, no estudo, verificar justamente como o locutor marca a sua posição subjetiva no discurso, como assume a língua e como implanta o outro diante de si. Ainda, pensando na questão da sala de aula de língua materna, Silva, Knack e Juchem (2013) apontam para o fato de a sala de aula de Língua Portuguesa ser um lugar privilegiado para o aluno viver sua experiência na linguagem e demonstram que o papel do professor, nesse contexto, é o de originar os questionamentos necessários para que o aluno continue sua história de enunciações escritas por meio de leituras reflexivas dos textos produzidos. Para realizar a análise dos textos, depreendemos o sentido global do texto (referência) e os sentidos particulares da palavra “liberdade”, que se repete ao longo de ambos os textos, verificando, a partir desses sentidos singulares, das ocorrências e do sentido global, como se instanciam a intersubjetividade e a posição do locutor no discurso. Buscando cumprir com o objetivo deste trabalho, na análise, responderemos, metodologicamente, aos seguintes questionamentos: (a) Considerando que o sentido da palavra é o seu emprego, como uma mesma palavra – a palavra “liberdade” – em um mesmo discurso e em diferentes empregos, evoca, na relação intersubjetiva, distintos sentidos? (b) Qual é o papel da integração da palavra “liberdade” em distintos empregos no discurso, para a constituição de referência? Como constitui referência na relação intersubjetiva de leitura? (c) Qual o papel dos sentidos particulares da palavra para o sentido global e para a constituição da posição/ponto de vista do locutor no discurso? Como resultado, temos que considerar a leitura de um texto como instância de análise, a partir da integração entre forma e sentido nos contextos de emprego, possibilita que se chegue à referência deste texto, ao modo como o locutor se declara como tal e implanta o outro diante de si e, ainda, ao ponto de vista que nele é construído.

**Palavras-chave:** enunciação, análise de textos, leitura, forma-sentido.

## RESUMEN

A partir de los estudios enunciativos de Émile Benveniste, principalmente de los textos “El aparato formal de la enunciación” y “La forma y el sentido en el lenguaje”, presentes en *Problemas de Lingüística General II*, este trabajo se propone a analizar textos para fundamentar propuestas de lectura como instancia reflexiva de análisis. El objetivo consiste en mostrar cómo la sintagmatización de una misma palabra en el discurso produce semantización para la constitución de la relación intersubjetiva, para el establecimiento de la referencia y para la percepción de la posición del locutor en el discurso. Para eso, basámonos en la perspectiva enunciativa de Benveniste y en los desplazamientos de ese abordaje – para el campo de los estudios de texto, de lectura y de análisis textual – realizados por estudiosos de la enunciación. Abordamos, por lo tanto, la singularidad del sentido y de las formas en la lengua en empleo en relación a las nociones de intersubjetividad y referencia, fundamentales para pensar el discurso. Aún, con base en los estudios enunciativos de Benveniste, el texto es concebido no como un producto, sino como el proceso que carga el pasaje de locutor a sujeto y la postulación de un alocutario. Mediante esa noción de texto, utilizamos Knack (2012) para pensar un abordaje del texto por medio de la teoría enunciativa; sobre eso, dialogamos con la tesis de Naujorks (2011) para que tratemos de la lectura para pensarla como proceso enunciativo; luego, tratamos de la lectura-análisis estudiada por Mello (2012), cuestión la cual nos lleva a la tesis elaborada por Cremonese (2014), concibiendo la lectura como instancia reflexiva de análisis. Así que, a través del análisis de los textos *Beatriz, uma palavra enorme*, del autor Mario Benedetti, y *Brasil, um país desacostumado à liberdade*, del autor Guilherme Spadini, se busca en el estudio, verificar justamente como el locutor marca su posición subjetiva en el discurso, cómo asume la lengua e implanta el otro delante de sí. Aún, pensando en la cuestión de la sala de clase de lengua materna, Silva, Knack e Juchem (2013) apuntan para el facto de clase de Lengua Portuguesa ser un lugar privilegiado para el alumno vivir su experiencia en el lenguaje y demuestran que el papel del profesor, en ese contexto, es el de originar los cuestionamientos necesarios para que el alumno continúe su historia de enunciaciones escritas por medio de lecturas reflexivas de los textos producidos. Para realizar el análisis de los textos, deducimos el sentido global del texto (referencia) y los sentidos particulares de la palabra “libertad”, la cual se repite a lo largo de los dos textos, verificando, a partir de esos sentidos singulares, de las ocurrencias y del sentido global, cómo se instancian la intersubjetividad y la posición del locutor en el discurso. Con vistas a cumplir con el objetivo de este trabajo, en el análisis, responderemos, metodológicamente, a los siguientes cuestionamientos: (a) Considerando que el sentido de la palabra es su empleo, ¿Cómo una misma palabra – la palabra “libertad” – en un mismo discurso y en diferentes empleos, evoca, en la relación intersubjetiva, diferentes sentidos? (b) ¿Cuál es el papel de integración de la palabra “libertad” en distintos empleos en el discurso, para la constitución de referencia? ¿Cómo constituye referencia en la relación intersubjetiva de lectura? (c) ¿Cuál el papel de los sentidos particulares de la palabra para el sentido global y para la constitución de la posición/punto de vista del locutor en el discurso? Como resultado, tenemos que considerar la lectura de un texto como instancia de análisis, a partir de la integración entre forma y sentido en los contextos de empleo, posibilita que se llegue a la referencia de este texto, al modo cómo el locutor se declara como tal e implanta el otro delante de si y, todavía, al punto de vista que en él es construido.

**Palabras-clave:** enunciación, análisis de textos, lectura, forma-sentido.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Sistematização do percurso teórico realizado para abordagem de texto, de leitura e de análises textuais no capítulo 1 deste trabalho .....	1
---	---



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 DA ENUNCIÇÃO AO DISCURSO: FORMA E SENTIDO EM RELAÇÃO COM A INTERSUBJETIVIDADE E A REFERÊNCIA</b> .....	13
1.1 A SINGULARIDADE DO SENTIDO NA LÍNGUA EM EMPREGO.....	13
1.2 TEXTO E ENUNCIÇÃO: INTERSUBJETIVIDADE, FORMA-SENTIDO E REFERÊNCIA COMO INSTÂNCIAS DE ANÁLISE TEXTUAL .....	23
1.3 UMA SÍNTESE: POR UM ESTUDO DE TEXTO NA ABORDAGEM ENUNCIATIVA .....	40
<b>2 METODOLOGIA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE ENUNCIATIVA NO DISCURSO NARRATIVO E NO DISCURSO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO</b> .....	43
<b>3 POR UM ESTUDO TEXTUAL DE EXPLORAÇÃO DA FORMA E DO SENTIDO DE PALAVRAS RECORRENTE NO DISCURSO PARA A CONSTITUIÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE, DA REFERÊNCIA E DA POSIÇÃO DO LOCUTOR</b> .....	45
3.1 OS SENTIDOS DE <i>LIBERDADE</i> NO DISCURSO NARRATIVO .....	45
3.2 OS SENTIDOS DA PALAVRA <i>LIBERDADE</i> NO DISCURSO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO .....	49
3.3. POR UMA SÍNTESE DAS ANÁLISES .....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	59
<b>ANEXOS</b> .....	61

## INTRODUÇÃO

Logo no início do curso de Letras, deparei-me com a docência: já no segundo semestre da faculdade, ingressei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (doravante PIBID/UFRGS) sob orientação das professoras Jane e Lucia. Participando do projeto, percebi-me professora pela primeira vez, só que sem experiência alguma. Não demorou para eu descobrir – por meio das orientações e da leitura de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – que o ensino de Língua Portuguesa deveria estar centrado no texto e não nas regras gramaticais como é de praxe nas escolas. Além disso, documentos como os PCNs e outros importantes para a educação são incorporados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) justamente por considerar o fato de que o texto é a unidade do ensino (não só de Língua Portuguesa, mas de todas as áreas) e, por esta razão, as práticas de linguagem estão diretamente relacionadas à língua em uso.

Uma das maiores dificuldades que encontrava como pibidiana era fazer com que os nossos projetos e as nossas tarefas de leitura e de escrita possuísem objetivos que ultrapassassem o conhecimento por ele mesmo, que estabelecessem interlocuções efetivas entre o que os alunos produziam dentro da sala de aula e o mundo que os esperava lá fora. No entanto, apenas o que era estudado na graduação em Letras não parecia suprir essa necessidade.

Ao longo do curso, fui sentindo cada vez mais falta de uma fundamentação teórica para um estudo de texto que contemplasse o sujeito em sua singularidade. Foi quando, na disciplina de Estudo do Texto, reencontrei a professora Carmem Luci e ela apresentou-me de forma mais aprofundada a Teoria da Enunciação, e mais que isso: as portas que abria para uma reflexão sobre o trabalho com textos na perspectiva enunciativa, a qual, como atesta Silva (2018, p. 429), “não generaliza seus resultados (discurso), pois as especificidades do tempo, do espaço e do locutor-analista permitem conceber a adoção de um ponto de vista singular na análise textual”. Como boa pibidiana que era, agarrei-me a esse horizonte e, claro, à professora Carmem.

Meu encontro inevitável com a teoria enunciativa benvenistiana se deu algum tempo depois quando ingressei no projeto de pesquisa da professora Carmem, nomeado *A (re)invenção de discursos na aquisição e no processo de ensino-aprendizagem de língua materna: uma abordagem enunciativa (fase 1)*, do qual participei até o final da graduação. Durante a iniciação científica, tive a possibilidade de encontrar, ao estudar a teoria de linguagem de Benveniste,

respostas para preencher algumas das lacunas teóricas que possuía em relação à imprescindível articulação entre a teoria acadêmica e a prática docente.

Dessa forma, ao escrever meu trabalho de conclusão, não poderia seguir outro caminho que não esse de realizar uma reflexão sobre uma abordagem enunciativa de estudo do texto que tenha como âmago o locutor e o uso que este faz da língua com a finalidade de constituir sentidos singulares. Sendo assim, para definir o estudo deste trabalho, partimos de minha trajetória de interesses na graduação, na qual atentei meu olhar para formas de explorar o texto.

Portanto, a ideia deste estudo surgiu da observação de que uma mesma palavra em um mesmo texto evoca diferentes sentidos de acordo com seus contextos de emprego. Isso se dá, pois, como explica Eduardo Galeano, na epígrafe deste trabalho, nós, seres humanos, somos filhos dos dias, porque cada um tem uma história e nós somos constituídos pelas histórias que vivemos. Na teoria enunciativa, também faz-se presente essa reflexão, uma vez que, conforme Silva (2018, p. 420), refletir sobre o texto na perspectiva enunciativa é situar-se na dimensão de historicidade a fim de tratar cada experiência de atualização da língua em discurso como um registro humano na linguagem e pensar a língua fora de seu uso é excluir o que é humano e o que é histórico. A partir dessa inquietação, estabelecemos como objetivo geral deste *verificar como a sintagmatização de uma mesma palavra no discurso produz semantização para a constituição da relação intersubjetiva, para o estabelecimento da referência e para percepção da posição do locutor no discurso*. Nesse sentido, buscamos verificar como o locutor, ao escrever o texto, sintagmatizou formas para produzir sentido e constituir o outro, que, na leitura-análise, torna-se locutor e, conseqüentemente, propõe a análise do texto. Essa análise, no momento em que é escrita, caso deste estudo, constitui um outro alocutário, que pode também se tornar locutor. É nesse jogo de inversibilidade que a língua-discurso é concebida por Émile Benveniste.

Por isso, uma das possíveis contribuições deste estudo talvez esteja em mostrar a importância de todo profissional de texto – professor, tradutor, jornalista, etc – ser um leitor analítico de textos. No caso de sala de aula, consideramos que o professor primeiro precisa fazer da leitura uma instância de análise reflexiva para depois propor atividades de leitura em sala de aula que levem os alunos a refletirem sobre questões de interlocução, da temática do texto e de como as formas se organizam para produzirem sentido.

Para cumprir nosso objetivo, o estudo ancora-se na perspectiva enunciativa de Émile Benveniste e nos deslocamentos dessa abordagem, realizados por estudiosos dessa perspectiva, para o campo de estudos de texto, de leitura e de análise textual.

Assim, constituímos este trabalho com a apresentação de três movimentos: teoria, metodologia e análise. Esses movimentos são acompanhados pela introdução – em que apresentamos o objetivo geral, a teorização e a estrutura do trabalho –, e conclusão – momento em que mostramos o cumprimento de nosso objetivo e apontamos para estudos futuros. O desenvolvimento do estudo está composto pelos três movimentos referidos, que passamos a delinear. No capítulo 1 – dividido em dois itens – apresentamos, no primeiro item, um referencial teórico centrado na reflexão de Benveniste presente em *Problemas de Linguística Geral II* sobre forma e sentido e sobre enunciação, com destaque para as noções de intersubjetividade e referência; no segundo item deste capítulo, apresentamos as reflexões de estudiosos que deslocaram a perspectiva enunciativa benvenistiana para tratar de texto, leitura e análises textuais. No capítulo 2, constituímos a metodologia, com a apresentação dos textos selecionados e as perguntas norteadoras das análises. No capítulo 3, apresentamos as análises e os resultados relacionados aos estudos textuais realizados.

Esperamos que, com este trabalho, possamos contribuir para o campo de estudos textuais a partir da abordagem enunciativa vinculada a Émile Benveniste, principalmente àqueles que têm em vista modificar a prática de professores nas escolas.

## 1 DA ENUNCIÇÃO AO DISCURSO: FORMA E SENTIDO EM RELAÇÃO COM A INTERSUBJETIVIDADE E A REFERÊNCIA

Neste capítulo, pretendemos apresentar os principais operadores da perspectiva enunciativa para o estudo textual. Por isso, o capítulo, em um primeiro item, aborda a singularidade do sentido das formas na língua em emprego em relação com as noções de intersubjetividade e referência, noções fundamentais para pensar o discurso, produto de um ato de enunciação, conforme a perspectiva de linguagem de Émile Benveniste. No segundo item do capítulo, são apresentadas as noções de texto, leitura e os operadores de análises textuais por estudiosos que deslocaram a perspectiva enunciativa de Benveniste para o campo do texto.

### 1.1 A SINGULARIDADE DO SENTIDO NA LÍNGUA EM EMPREGO

Buscamos, nesse capítulo, sistematizar, a partir de um recorte, o aparato teórico enunciativo benvenistiano para, na sequência do trabalho, propor uma forma de se estudar o texto, objeto central do ensino de Língua Portuguesa, em sala de aula. Para tanto, apoiamo-nos, para desenvolver este trabalho, em alguns conceitos fundamentais da teoria enunciativa de Émile Benveniste, como as noções de enunciação, discurso, referência e os pares forma- sentido a partir dos textos “O Aparelho Formal da Enunciação” e “A Forma e o Sentido na Linguagem”, ambos capítulos presentes na obra *Problemas de Linguística Geral II*. A reflexão teórica deste item será complementada, no item seguinte, com estudos que já trataram da relação texto e enunciação.

Para muitos estudiosos da obra de Benveniste, *O Aparelho Formal da Enunciação* é um texto-síntese de sua teoria enunciativa. Isso se dá por diversas razões, mas principalmente por ter sido a última publicação do autor a respeito do tema e também por já trazer em seu título, conforme Flores (2013), a palavra *enunciação*, além de conter as outras discussões levantadas nos textos anteriores e ter sua escrita voltada para um público composto por linguistas. Além disso, para Knack (2012, p. 50), *O Aparelho* pode ser visto também “como ‘ponto de chegada’<sup>1</sup> [...], na medida em que elabora e sintetiza aspectos da teoria e a abre para um programa futuro”.

---

<sup>1</sup> Knack (2012) vale-se de Normand (1996) para apontar *O Aparelho* como o “ponto de chegada”, porque, para a linguista francesa, esse texto é uma espécie de *texto balanço-programa*, na medida em que elabora e sintetiza aspectos da teoria e abre para um programa futuro. (NORMAND, 1996 apud Knack, 2012).

Sendo assim, o linguista inicia o texto diferenciando as condições de emprego das formas das condições de emprego da língua, sendo esta última muito importante para o teórico uma vez que é a partir dela que obtemos o *sentido*. O emprego das formas refere-se à diversidade das estruturas linguísticas, que viabilizam uma representação do emprego da língua; já o emprego da língua em si, por outro lado, é um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Após fazer essa diferenciação, Benveniste define o que seria *enunciação* como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82) e, mais adiante, no mesmo texto, argumenta que a enunciação é a conversão da língua em *discurso*. Disso derivamos que o discurso é produzido a cada vez que enunciamos. Contudo, é importante deixar claro que a enunciação é este *ato* de mobilizar a língua para produzir enunciado e *este ato* é que será o objeto de análise para o autor, e não o texto do enunciado. Portanto, podemos dizer que a enunciação (*o ato*) pode ser estudada sob diversos aspectos e Benveniste nos apresenta os três principais: o primeiro é (I) *a realização vocal da língua*, isto é, os sons que são emitidos e percebidos por um locutor, os quais “procedem sempre de atos individuais no interior da fala” (BENVENISTE, 1989, p. 82), ou seja, são únicos e irrepetíveis; o segundo é (II) *a semantização da língua*, que consiste em analisar as relações de forma e sentido pensando sobre até que ponto é possível distingui-las; e o terceiro é (III) *a definição de enunciação no seu quadro formal*, que consiste no *ato*, nas *situações* em que se realiza e nos *instrumentos* de sua realização. Tem-se aqui o esboço ou prenúncio de uma metodologia possível e que não se separa da semantização.

O aspecto da semantização é o que mais nos toca neste trabalho, pois seu estudo nos possibilitará “ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” (BENVENISTE, 1989, p. 83), o que é muito relevante para uma abordagem enunciativa do estudo do texto. A semantização da língua nos possibilita olhar para os modos semiótico e semântico da língua engendrados no discurso, isto é, nos leva a refletir sobre as relações de forma e de sentido e remete-se aos “procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Segundo Knack (2012, p. 53), “*a enunciação é um ato operacional que converte a língua em discurso*<sup>2</sup>: o que está em questão, aqui, é a semantização da língua, isto é, como, a partir da conversão individual da língua em discurso, o

---

<sup>2</sup> Knack (2012), para tratar a enunciação como operacional no âmbito do discurso, vale-se de Ono (2007), pois essa concepção de enunciação está ligada a um dos aspectos apontados por Benveniste (1989) em *O Aparelho*, que é o a semantização. Nesse aspecto, está em foco a conversão da língua em discurso.

sentido se forma em palavras”. Compreende-se, a partir de Flores (2013, p. 166), a potencialidade e a importância da semantização em virtude de que “[...] embora o uso da língua seja descrito como processo que compreende apropriação, atualização, sintagmatização e semantização, é este último que engloba os demais, pois a semantização resume todo o trabalho com a língua: a conversão da língua em discurso”.

A enunciação, ou seja, a passagem da língua para o discurso, ocorre por meio da *semantização* dessa língua em uso, o que, conforme Benveniste (1989, p. 83), “conduz à teoria do signo e à análise da significância”, questão central para o linguista ao tratar da forma e do sentido na linguagem. Ainda sobre a noção de semantização, entendemos que

Embora a noção de semantização não fique muito clara neste artigo, é possível compreendê-la, a partir da relação com outros artigos – o próprio Benveniste reenvia, em nota de rodapé, ao artigo de 1969, *Semiologia da Língua* –, como um mecanismo em que o locutor, tomando a língua enquanto sistema semiótico, dela se apropria, fazendo referência a si, ao outro, ao tempo e ao espaço, e, dessa forma, ingressando no semântico, “modo específico de significância que é engendrado pelo discurso” (id., 1969/2006, p. 65). (KNACK, 2012, p. 62)

A semantização também será explorada n’*A Forma e o Sentido na Linguagem* (1967/1989), também da autoria do linguista. Nesse texto, Benveniste discute o que seria, portanto, o *sentido* no semiótico e no semântico. No âmbito semiótico, podemos dizer que o *sentido* define-se pela sua oposição a outros signos do sistema, já no semântico o sentido define-se pela ideia do discurso ou pelo emprego da palavra.

O terceiro aspecto da enunciação também é importante para o nosso estudo, por instaurar *intersubjetividade* e *referência*. Para pensar na enunciação, o linguista declara que é importante considerar o locutor como parte essencial desse ato, pois será ele aquele que enuncia. Ainda, para Benveniste, “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua” (BENVENISTE, 1989, p. 83) e, depois dela, a língua se realiza em uma instância de discurso, que procede de um locutor, e que atinge a um ouvinte, acarretando outra enunciação como resposta. Sendo assim, partindo dessa reflexão, podemos dizer que a enunciação é sempre uma alocação uma vez que o locutor (*eu*) postula um alocutário (*tu*), instaurando a intersubjetividade (*eu-tu*) via discurso, a qual possibilita o estabelecimento da subjetividade. O linguista, nesse mesmo texto, explica que a língua é empregada para exprimir certa relação com o mundo (discursivo) e que a condição dessa mobilização é a necessidade de o locutor referir pelo discurso para possibilitar ao alocutário correferir. A referência é, assim, integrante da

enunciação, pois a presença de um locutor faz com que cada instância do discurso constitua um centro de referência próprio. Ao enunciar, o locutor se apropria da língua e do seu aparelho formal a fim de marcar sua posição no discurso por meio de *formas*, de procedimentos acessórios e de funções.

Em vista disso, o linguista argumenta que, ao enunciar, o locutor se declara como tal, assume a língua e implanta o outro diante de si. É nesse sentido que intersubjetividade e referência, constituídas via atualização de formas no discurso, estão entrelaçadas na enunciação. Logo, percebemos que cada enunciação tem o seu centro de referência interno por meio de formas específicas “cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Assim, temos como *formas específicas* os índices de pessoa que expressam a relação eu-tu, a qual é instaurada na enunciação (alocução) e, é a partir desses índices que teremos também as noções de tempo e espaço (aqui – agora) em relação direta com as *formas temporais*, as quais são determinadas em relação a *ego*, que, por fim, se dá sempre a partir da forma axial *presente* – e todas essas formas linguísticas se articulam de forma única a cada nova enunciação e, por consequência, designam algo novo. Para Benveniste (1989, p. 85), o presente é propriamente a origem do tempo já que “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torna-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”; esse é o presente incessante e necessário da enunciação. Além dos índices de pessoa e das formas temporais, há também os *índices de ostensão* (pronomes demonstrativos, advérbios de tempo, lugar etc.). Portanto, devemos diferenciar essas formas que existem (por referência interna, na instância do discurso) das formas que têm uma posição permanente na língua, conforme observamos no trecho a seguir:

Assim, a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência. Porque eles não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua. É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor. Por exemplo: o ‘eu’, o ‘aquele’, o ‘amanhã’ da descrição gramatical não são senão os ‘nomes’ metalinguísticos de *eu*, *aquele*, *amanhã* produzidos na enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 86)

Além dessas formas, Benveniste (1989, p. 86) atesta que o aparelho formal da língua também é composto por um *aparelho de funções*, o qual é atribuído ao locutor a partir do momento em que se apropria da língua a fim de influenciar um alocutário através de um aparelho de funções. São três essas funções: a primeira é (I) a *interrogação*, enunciação



estabelecida com a finalidade de provocar uma resposta (daí advém as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação etc.); a segunda é (II) a *intimação* que abarca as formas de ordens e categorias que utilizam o modo imperativo, o vocativo etc.; a terceira é (III) a *asserção*, que – segundo o linguista (1989, p. 86) – é menos evidente; essa última função visa a comunicar certezas e é a manifestação mais trivial da presença do locutor na enunciação (palavras “sim” e “não” afirmando uma proposição). Ainda sobre o aparelho de funções, é possível dizer que

As modalidades formais, sob esse viés, integram o *aparelho de funções*, sobretudo por manifestarem *atitudes* do locutor diante daquilo que enuncia. Acreditamos que o fato de as modalidades serem *menos categorizáveis* diz respeito à grande variabilidade de formas e expressões que podem indicar o posicionamento do locutor. Primeiramente, Benveniste salienta os *modos verbais*, como o optativo e o subjuntivo, os quais “enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão)” (ibid., p. 87) e, em seguida, as formas pertencentes à *fraseologia*, como “talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”, podendo indicar incerteza, possibilidade, indecisão, etc. (KNACK, 2012, p. 79)

Em vista disso, entendemos que, enquanto o signo tem a sua realidade interna à língua, a frase/discurso refere-se ao que é externo à língua, “na medida que implica referência à *situação de discurso* e à *atitude do locutor* (KNACK, 2012, p. 63). Isso se dá, ao abordarmos o aparelho de funções, pois, por médio da interrogação, da intimação e da asserção percebemos a presença do homem na língua, pois demonstrará, por meio da língua, suas atitudes.

Sendo assim, em concordância com Knack (2012, p. 81), afirmamos que os instrumentos abordados, tal como o *aparelho de formas* e o *aparelho de funções*, dispõem de formas linguísticas próprias as quais se atualizam na instância discursiva e colocam o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. A autora questiona-se também sobre quais seriam os procedimentos acessórios e explica que compreende que estes dizem respeito às operações realizadas pelo locutor para colocar a língua em funcionamento e transformá-la em discurso. Sobre essas *operações*, afirma que “Trata-se, justamente, da *apropriação*, da *sintagmatização* e da *semantização* da língua” (KNACK, 2012, p. 81) e, inspirada em Silva, (2009), a autora (KNACK, 2012, p. 81) analisa os sufixos *-ção*, os quais “segundo Bechara (2009, p. 358), é utilizado sobretudo para formação de ‘nomes de ação ou resultado de ação’; logo, *apropriação*, *sintagmatização* e *semantização* tratam-se de *ações* do locutor, que a *enunciação*, enquanto uso da língua, possibilita e instaura”.

Posto isto, é possível afirmarmos que esses procedimentos estão conectados ao segundo aspecto da enunciação (apresentado n' *O Aparelho*), a semantização da língua. Sobre isso, Knack (2012, p. 82) traz que esse aspecto resume todo o trabalho da língua, em razão de ser o aspecto responsável pela atualização, agenciamento e sintagmatização das formas e das funções específicas da língua. Diz, ainda, que se liga ao modo como o locutor opera suas escolhas, agencia e organiza suas palavras no discurso com a finalidade de expressar uma certa ideia. Por conseguinte, Benveniste evidencia ser, como já foi apresentado neste trabalho, no aspecto da semantização que serão analisadas as relações de forma e sentido na linguagem.

Com este objetivo, resgataremos a reflexão do teórico sobre *as duas maneiras de ser língua*. Entendemos que a significação na linguagem, para Benveniste, manifesta-se na língua por meio da articulação de forma e sentido e isso se dá pensando em dois domínios: o semiótico, que se ocupa do universo dos signos; e o semântico, que se ocupa do discurso. O semântico seria, então, a língua posta em ação e atualizada em discurso, e, para que seja possível o reconhecimento das formas na língua em uso, devemos considerar outras particularidades tal como o seu agenciamento e o seu emprego na frase (*discurso*).

Para tanto, consideraremos a reflexão benvenistiana realizada n' *A forma e o sentido na linguagem*, uma conferência apresentada por Émile Benveniste em um congresso, em Genebra, no ano de 1966, a um público composto por interlocutores filósofos. Ao aceitar esse convite, o linguista admite certa imprudência ao falar a esse público específico sobre o tópico que traz para a discussão: a forma e o sentido na linguagem. Por conta da necessidade de fazer com que a linguística seja vista e estudada como ciência, muitos dos especialistas da linguagem daquela época acabam rejeitando essa temática por ser um tanto subjetiva. Os linguistas, até então, ocupavam-se do que podia ser apreendido, estudado e analisado por técnicas rigorosas e concretas e deixavam de lado o estudo do funcionamento do sentido na língua. Sendo assim, Benveniste dirá que, de fato, o *sentido* parece tão imprevisível e indefinido quanto são concretos e definidos os aspectos da *forma*. No entanto, o linguista coloca no centro de sua proposta a interdependência *forma* e sentido.

Aqui é proposto, então, que, ao invés de opormos esses dois conceitos, seria interessante tentarmos (re)interpretá-los no funcionamento da língua ao integrá-la e ao esclarecê-la. Assim, é possível perceber que a oposição forma-sentido contém o ser mesmo da linguagem, pois ela nos coloca frente ao problema que o autor considera como sendo o mais importante, o da significação. Desse modo, concordamos com Benveniste quando este diz que, antes de qualquer

outra coisa, *a linguagem significa*, em virtude de que “transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (BENVENISTE, 1989, p. 222).

Quais são essas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumí-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*. Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar. Pela amplitude desta definição pode-se medir a importância que deve caber à significação. (BENVENISTE, 1989, p. 222)

Mas o que seria a significação então? Traçando um percurso de como esse problema central era tratado por outros estudiosos da linguagem, o linguista traz que nunca se tentara realmente definir a *significação*. Inclusive, sua análise teria sido substituída pela aceitabilidade (ou não) do locutor em relação a um predicado. O entendimento de significação, então, é muito diferente daquele entendido por quem trabalha com conceitos mais lógicos e, de acordo com o autor, não podemos nos contentar com um conceito global como o da significação por si mesma, posto que “a linguagem é a atividade significante por excelência” (BENVENISTE, 1989, 224), ou seja, a significação está em sua natureza, já que a linguagem ainda tem o caráter de se realizar por meios vocais em um conjunto de sons que se organizam em palavras dotadas de sentido.

A partir de Saussure, sabemos que a língua é um sistema de signos e que é a noção de signo que traz a noção geral de significação pela primeira vez. Dessa forma, segundo Benveniste (1989, p. 224), devemos ir além dos estudos saussurianos que pensam na língua como sistema significante. Para o linguista, “dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que *o signo é a unidade semiótica* (1989, p. 224), ou seja, ele possui significação dentro da comunidade de quem faz uso de uma língua, “e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua” (p. 227). Para dizermos que um signo existe, basta que ele seja aceito por essa comunidade discursiva e que se relacione com os demais signos, constituindo significação. De acordo com Benveniste (1989, p. 227), “no plano do significado, o critério é: isto significa ou não? Significar é ter um sentido, nada mais”. A existência ou não de um signo se dá no uso da língua e “o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. Não há estágio intermediário; ou está na língua ou está fora da língua” (1989, p. 227). A questão do sentido enquanto ordem semiótica não é mais o foco aqui, mas sim a semântica; enunciar é, com base nisso, “um processo de semantização do semiótico” (KNACK, 2012, p. 63).

É no sintagma que se ligam os elementos de certo enunciado, que se destina a transmitir certo sentido, participando de um *aqui-agora*, de um certo *presente* de um certo *locutor*. Como o sentido da frase é a ideia que ela exprime e que se realiza formalmente nesse sintagma, “ver como o sentido se forma em palavras” implica observar, sobretudo, o agenciamento das palavras, a organização sintática, a ação de uma palavra sobre as outras, ou seja, a *sintagmatização* ou *semantização*. (KNACK, 2012, p. 64)

No domínio semiótico, então, não há a preocupação com as relações entre a língua e o mundo, seu domínio é apenas intralinguístico. Além disso, conforme Benveniste (1989, p. 228), o signo tem sempre e somente valor genérico e conceitual, ou seja, não admite significado particular e desconsidera as situações de circunstâncias. A partir disso, cabe agora pensar na função da frase, já que é por meio delas que nos comunicamos. Para Benveniste (1989, p. 229), o signo e a frase são dois mundos distintos e por isso exigem diferentes descrições. Não estamos tentando dividir a língua da mesma forma que o fez Saussure, pensando em língua e em fala, mas sim pensando que há dois modos de ser língua, como sistema intralinguístico (semiótico) e como discurso (semântico). Esses dois modos se presentificam na enunciação.

Há, então, duas maneiras de ser língua, no sentido e na forma. Aqui encontramos duas modalidades fundamentais da função linguística: a de significar para a semiótica e a de comunicar para a semântica, conforme o autor (idem, p. 229). Ao falar de semântica estamos falando da língua em emprego e em ação, exercendo sua função de organizar a vida dos homens. Nas palavras do autor, “É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência” (1989, p. 229). A expressão semântica por excelência é a frase, a produção de discurso, ou seja, o foco agora é no que o locutor quer dizer, em como acontece a atualização linguística de seu pensamento.

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase liga-se às coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente. O sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. (BENVENISTE, 1989, p. 230)

A partir dessa definição, Benveniste pretende mostrar como forma e sentido aparecem sob o enfoque semântico. Para isso, consideremos que a unidade semiótica é o signo e a unidade

semântica é a palavra. Conforme o linguista, o sentido da frase é diferente do sentido das palavras que a compõem; o sentido da frase é a ideia que ela exprime e “este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 1989, 230). A ideia sempre será particular e a partir dela o locutor mobiliza a língua e agencia palavras que terão, nesse emprego, um sentido particular; sendo assim, o sentido de uma palavra é o seu emprego. A frase sempre participa do “aqui e agora” da instância do discurso, e sendo seu sentido a ideia que deseja exprimir, é importante colocar que esta só encontra forma em um agenciamento sintagmático (que, segundo o teórico, é uma condição inerente à linguagem).

A noção de frase é, aqui, a de produção de discurso, e a de referência, segundo Benveniste, é a instância do discurso, que se dá a partir da relação *eu-tu-aqui-agora*. Sendo assim, a referência no domínio semântico é linguística, interna ao discurso e integrante da enunciação. Ao contrário, então, do signo, que tem a realidade intrínseca à língua, a frase liga-se às coisas fora da língua e daí a noção de referência, como ilustra o linguista a seguir.

Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial. (...) se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou do fato a que ela se reporta. (BENVENISTE, 1989, p. 231)

Um exemplo, dado pelo autor, das “leis de agenciamento” que sofrem as palavras ao contraírem valores que elas não possuem em si mesmas e que podem soar, inclusive, contraditórios com os valores que elas podem possuir em outras situações, é a constituição de algumas locuções verbais (verbo auxiliar e verbo principal) como em “tenho perdido”, utilizando o verbo “ter” e o “perder” para formular o sentido de que o processo de perda possui certa duração. Dessa forma, dizemos, segundo Benveniste (1989, p. 232) que “o ‘sentido’ da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global; a ‘forma’ se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras”.

A partir dessa reflexão sobre a significação, temos uma conceituação das noções de forma e sentido conforme Émile Benveniste. Podemos dizer que o problema da significação é concebido no domínio intralinguístico (do signo) e no domínio da língua em emprego (do discurso). Contudo, como a língua é atualizada em discurso por um locutor, as palavras (unidades do discurso) carregam valores do universo do signo, mas, conforme os seus

empregos, adquirem sentidos particulares. Este *duplo sistema*, para o linguista, é que está em constante ação na língua e requer grande esforço para separar e analisar o que é do domínio da forma e o que é do domínio do sentido. Entretanto, “no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa” (BENVENISTE, 1989, p. 234). Considerando que o sentido da frase é a ideia que exprime pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras e que o sentido da palavra depende do contexto de ocorrência no discurso, a ideia sempre será particular e vinculada ao locutor, que mobiliza a língua e agencia palavras (formas) que terão, no emprego, um sentido particular. E é, no momento da recepção desse discurso, que o alocutário se inverte em locutor para também atribuir o sentido global do discurso (a ideia) e o sentido particular de cada palavra no emprego, aspecto central para tratarmos a significação em textos na continuidade deste trabalho.

Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial. (...) se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou do fato a que ela se reporta. (BENVENISTE, 1989, p. 231).

A noção de frase é, aqui, a de produção de discurso, e a de referência é a instância do discurso, que se dá a partir da apropriação da língua por parte do locutor, que se marca por meio das formas que agencia em seu discurso. Sendo assim, a referência no domínio semântico é interna ao discurso e integrante da enunciação, como vemos nas palavras do linguista: O “sentido” da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global; a “forma” se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras. Além disso, as unidades não podem mais ser dissociadas sem deixar de preencher sua função. Esta é a articulação semântica (...) O sentido a transmitir, ou se se quiser, a mensagem é definida, delimitada, organizada por meio das palavras; e o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto de situação. (BENVENISTE, 1989, p. 232-233)

Interessa-nos, neste trabalho, justamente, o domínio da língua em emprego, lugar em que a expressão semântica por excelência é a frase, a produção de discurso, ou seja, o foco está no que o locutor quer dizer e em como acontece a atualização linguística de seu pensamento. A passagem de locutor a sujeito ocorre justamente no momento que a língua-sistema do semiótico torna-se língua-discurso, no semântico. É nessa passagem do semiótico ao semântico que se dá

a integração do locutor à “sociedade e a adequação ao mundo” (BENVENISTE 1989, p. 229). De fato, nesse domínio da língua em emprego, torna-se possível a intersubjetividade, por meio da qual a língua exerce a sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando a vida dos homens. (BENVENISTE, 1989, p. 229)

Em um deslocamento inicial importante, assumimos que o texto exerce essa função mediadora, questão a ser discutida no próximo item.

## 1.2 TEXTO E ENUNCIÇÃO: INTERSUBJETIVIDADE, FORMA-SENTIDO E REFERÊNCIA COMO INSTÂNCIAS DE ANÁLISE TEXTUAL

A partir do percurso teórico realizado no item anterior, temos como objetivo, neste item, articular as principais noções teóricas enunciativas aos deslocamentos realizados por estudiosos da perspectiva enunciativa benvenistiana para as abordagens de texto, leitura e análise textual. Para tanto, apresentaremos a noção de texto escrito a partir da Dissertação de Knack (2012), intitulada *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*; após essa reflexão, que servirá como base para pensar uma abordagem do texto por meio da teoria enunciativa, dialogaremos com a tese de Naujorks (2011) para tratarmos de leitura, pois, para a autora, *ler é enunciar*. A partir dessa reflexão, pensaremos a leitura como processo enunciativo. Após essas formulações, abordaremos a questão da leitura-análise estudada por Mello e Titello (2013), questão essa que nos leva à leitura como instância *reflexiva* de análise, elaborada por Cremonese (2014).

Em seu texto *O Aparelho Formal da Enunciação* (BENVENISTE, 1970b/1989), Benveniste deixa clara a importância de se diferenciar a enunciação falada da enunciação escrita, o que levou Knack (2012) a estudar uma possível formulação para texto com base nessa afirmativa. Inicialmente, define texto como “*produto de uma atividade discursiva que envolve locutores (sujeitos falantes), inscritos em determinado tempo e espaço – produto que se caracteriza por constituir uma unidade global de sentido*” (KNACK, 2012, p. 144, grifos da autora) e sugere que refinemos essa noção a partir do referencial teórico proporcionado pela teoria enunciativa. A princípio, na reflexão enunciativa benvenistiana, não é possível deparar-

se com uma concepção fechada de texto, mas sim uma possível noção provisória que é manifestada por meio de termos como *enunciado*, *frase*, *discurso* etc. Sendo assim, de acordo com a autora, apesar de não haver uma definição de texto nos artigos de Benveniste, está implícito, de certa forma, em suas reflexões enunciativas, princípios referentes à língua em uso – ou seja, princípios que nos levariam a compreender o que seria considerado *texto* em uma perspectiva enunciativa.

Para tratar da temática, Knack (2012, p. 145) ressalta a importância de definirmos o que seria língua e linguagem para Benveniste, sendo estas noções que determinam o que concebemos como enunciação, logo, o que entendemos por texto. Sendo a linguagem, para o autor, constitutiva do ser humano, a autora traz, baseada em Silva (2009, p. 139), que “a linguagem constitui-se como o lugar das *relações intersubjetivas*, realizando uma função *mediadora*, ‘seja homem/sociedade, seja homem/cultura, seja homem/homem’ (ibid., p. 142), relações essas que são necessárias para o uso da língua” (2012, p. 145), isto é, a linguagem – sendo do domínio do simbólico e tendo seu funcionamento baseado na significação –, se concretiza por meio da língua. A língua, conforme Knack (2012, p. 145), é concebida como um sistema que contém formas as quais serão atualizadas em certa situação enunciativa e, assim, comporta em sua própria estrutura a regularidade do sistema e a singularidade do uso. A partir disso, temos que a enunciação – como já visto anteriormente – “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82), o que pressupõe uma alocação inserida em determinado tempo e espaço. Tais noções são deslocadas para a constituição de uma noção de texto pela autora.

Segundo Knack (2012, p. 147), a retomada dos principais termos que remetem a *texto* objetivam evidenciar que “se o discurso ou a frase constituem um *exercício de linguagem* do locutor e, ao mesmo tempo, materializam essa ação de colocar a língua em funcionamento, o *texto* conjuga o ato de enunciação e a materialização do produto desse ato de tomada da palavra”. Dessa forma, podemos conceber *texto* como “o *resultado de um processo de produção intersubjetiva, condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta as marcas linguísticas do sentido atualizado em formas*” (KNACK, 2012, p. 148, grifos da autora). No entanto, não podemos confundir texto com o ato ou com o processo da enunciação; ele é, de acordo com a autora, o que resulta do processo de apropriação e atualização da língua. Ainda, conforme Knack (2012, p. 148), a teoria da enunciação permite termos um olhar para o texto como língua-discurso, não exclusivamente como um produto, mas também como um processo do locutor, que toma a língua para si, e que



produz referências, na relação intersubjetiva com seu alocutário, para constituir-se como sujeito, com a finalidade de exprimir sua relação com o outro e com o mundo. Esse locutor realiza esse processo por intermédio do *texto*, “para a constituição desse mundo, desse alocutário e de si mesmo como *sujeito*” (KNACK, 2012, p. 148). Desta maneira, a partir da reflexão da autora, é possível compreender que o uso da língua se dá por meio de textos, independentemente de sua extensão ou natureza, que pressupõem a estrutura enunciativa: *eu-tu-aquí-agora*.

Tendo em conta que é a relação do locutor com a língua que determina os caracteres linguísticos da enunciação (KNACK, 2012), podemos conceber o locutor como aquele que realiza o ato que será representado no discurso por meio da forma linguística *eu*, constitutiva da pessoa. Ainda, pensando pela perspectiva de Benveniste, quem, segundo a autora, volta a sua atenção para “o *homem* e para os efeitos de sua presença na língua” (KNACK, 2012, p. 149), é possível refletirmos sobre a conceituação de intersubjetividade desenvolvida por Silva (2009), mais especificamente a que diz respeito à presença do locutor e do alocutário em sua enunciação, fazendo surgir os índices de pessoa, elementos que marcarão por meio das formas *eu-tu* a relação no discurso, compondo a relação de *intersubjetividade linguístico-enunciativa*. Portanto,

Assim, a autora [SILVA, 2009] concebe a intersubjetividade como atravessada por diferentes instâncias enunciativas, a *cultural*, a *dialógica* e a *linguístico-enunciativa*, consideradas em simultaneidade no ato enunciativo. Essas três instâncias são constitutivas do *texto*, porque este se trata do *exercício de linguagem* de um homem, na relação com outro homem, inseridos em determinada sociedade e que, apropriando-se da língua, tornam-se locutores e nela e por ela se inscrevem como sujeitos. (KNACK, 2012, p. 150)

Por meio dessas concepções, Knack (2012, p. 150) argumenta que essas instâncias intersubjetivas estão interligadas no texto e podem ser descritas pela consideração de *texto* como ato de atualização da palavra. Posto isto, Silva (2009) elucida que

Consideramos que as enunciações, constituídas nas relações de interlocução da criança com o outro, apontam esses dois planos: 1) *como atos* são sempre novas e realizam, a cada vez, a inserção do locutor em um momento novo do tempo e em circunstâncias diferentes e 2) *como discursos* evidenciam os funcionamentos subjetivo, intersubjetivo e referencial da linguagem, através da atualização de formas e funções da língua, que instanciam o locutor em sua relação com a enunciação e convocam o alocutário a se inscrever no ato enunciativo (ibid., p. 225, grifos da autora).

Por conseguinte, Knack (2012, p. 150) formula um olhar para o texto sob esses dois ângulos em razão de ele conjugar duas instâncias (o ato e o produto do ato). Sob o ponto de vista do ato, é possível estudar as relações intersubjetivas que constituem o texto, tal qual a relação *eu-tu-ele*, averiguando tanto a instanciamento da intersubjetividade como a relação estabelecida pelo locutor com a sua enunciação. Sob o ponto de vista do discurso (produto do ato), o estudo se volta mais para a questão do jogo de formas e funções engendradas para a constituição de sentidos e de referências pelo locutor bem como de correferência por parte do alocutário, verificando, assim, como se organiza e quais são as operações instauradas para que a língua se convertesse em discurso, as quais Knack (2012, p. 150) considera como um “movimento analítico que pode ser representado pelo trinômio *semantização-sintagmatização-semantização*, pois voltamo-nos, primeiramente, para *o que diz o texto* e, em seguida, para *o como o diz*, o que, por sua vez, promove a *re-constituição* e a *re-significação* dos sentidos e suas referências para o locutor-analista”. Podemos depreender que esses dois ângulos de análise são simultâneos na atualização da língua e, então, no texto, e que abordar o texto sob esse olhar – concebendo-o como ato e como discurso. Essa dupla instância conjugada permite, para a autora,

[...] evidenciar o funcionamento (inter)subjetivo e referencial do discurso, tal como aponta Benveniste (1970a/2006, p. 101), na justa medida em que é a língua que fornece o instrumento linguístico que assegura esse duplo funcionamento, subjetivo e referencial, do discurso. (KNACK, 2012, p. 152)

Quando Benveniste diz, n’*O Aparelho Formal da Enunciação*, que devemos diferenciar a enunciação falada da escrita, compreendemos que são essas as duas possibilidades de atualização da língua, conforme atesta Knack (2012, p. 151), uma vez que ambas são consideradas, pelo linguista, atos que colocam a língua em funcionamento e que apresentam diferentes propriedades “em relação à tomada da palavra e sua conversão em discurso, em texto”. Dessa forma, é imprescindível verificar como e em que esses atos se distinguem a fim de que as noções de texto falado e texto escrito sejam melhor elaboradas. Segundo a autora (KNACK, 2012, p. 152), Benveniste distinguiu a enunciação falada da escrita apoiado nas categorias de pessoa, de tempo e de espaço, além do processo de atribuição de referência como ilustraremos a seguir.

Concebendo as modalidades falada e escrita como atos enunciativos, podemos dizer que são processos que originam produtos, ou melhor, enunciados ou discursos (falado ou escrito). A noção de *texto* delineada por Knack (2012, p. 156) define-se como objeto de análise o qual

se constrói por meio desses discursos. Então, em concordância com Knack (2012), definimos as noções de texto falado e escrito como *fenômenos específicos da enunciação*. Portanto, segundo Knack (2012), o texto quando relacionado ao fenômeno geral da enunciação, é concebido do seguinte modo:

[...] consiste no resultado de um processo de produção intersubjetiva, condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta as marcas linguísticas do sentido atualizado em formas, o texto falado e o texto escrito partilham dessa concepção, acrescentando a ela especificidades. (KNACK, 2012, p. 156, grifos da autora).

Neste trabalho, daremos maior atenção para o plano gráfico, uma vez que buscamos definir a noção de texto escrito a fim de, por meio de uma metodologia de análise, abordar o ensino de texto escrito, por meio da leitura, em sala de aula. A partir da reflexão da autora com base em Benveniste, que a chama de *enunciação escrita*, consideraremos a escrita um ato enunciativo. Essa enunciação é entendida pelo linguista como constituída por dois planos “o que se escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 1989, p. 90).

Para Knack, esses dois planos instanciam escrita e leitura em duas instâncias de *eu-tu-ele-aqui-agora*. Isso quer dizer que o tempo em que se dá a leitura e a escrita não é o mesmo, uma vez que locutor e alocutário não partilham o *aqui-agora* da enunciação. Knack (2012, p. 157-158) explica que o quadro formal instaurar-se-á de modo peculiar, pois, por não compartilharem o mesmo espaço e tempo, é preciso que o alocutário re-constitua a enunciação, o que se dará mediante as marcas da atualização da língua pelo locutor e também “por meio de procedimentos e formas engendradas no texto para, apropriando-se do texto, *re-constituir* o sentido nele atualizado” (KNACK, 2012, p. 158).

Tendo em vista que o *aqui* e o *agora* do locutor e do alocutário não são os mesmos, Knack (2012, p. 158), baseada em Silva (2009, p. 198), afirma que “o locutor deixa as marcas de seu processo de formulação e reformulação [constituição e re-constituição] discursivas para um alocutário que se encontra num outro espaço e num outro tempo de enunciação”. Por conseguinte, quando escreve, o locutor prevê um possível alocutário – que pode ou não estar marcado formalmente na escrita – devido ao fato de toda enunciação ser necessariamente uma alocação. Em suma, podemos dizer que a escrita é um ato enunciativo em virtude de o aparelho

formal da língua estar à disposição do sujeito que escreve, e que o texto escrito é o resultado desse ato, conforme define Knack (2012, p. 159):

Portanto, podemos definir o *texto escrito* como o resultado de um processo de produção intersubjetiva entre locutores situados em tempo e espaço distintos, condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta por escrito as marcas que permitem ao alocutário re-constituir os sentidos atualizados em formas pelo locutor. (KNACK, 2012, p. 159, grifos da autora)

Dessa forma, Knack (2012, p. 159) aponta que conseguimos olhar para o texto escrito a partir de dois ângulos: como ato, tendo um locutor que se enuncia e que se constitui como sujeito em uma relação intersubjetiva; e como discurso, tendo em conta o uso singular do aparelho formal da enunciação por meio do qual o locutor mobiliza a língua e atualiza suas formas e funções. Essa percepção de que podemos considerar o texto escrito como ato e como discurso possibilita um olhar para o texto que vai além das marcas formais inseridas no produto final da enunciação, pois “o *texto* passa a ser visto como um espaço de constituição dos sentidos e dos sujeitos, permitindo a inserção do sujeito no mundo, que passa a existir na e pela linguagem atualizada em seu texto” (KNACK, 2012, p. 159). Para falar das características da modalidade escrita da enunciação, as quais podem servir como um alicerce para o estudo de textos em sala de aula, devemos considerar o funcionamento de seus aspectos.

Para abordar os aspectos da enunciação, Knack (2012, p. 160) destaca que esses aspectos são interdependentes entre si, o que quer dizer que a instauração de um pressupõe a dos outros e também que a teoria enunciativa deve ser abarcada em sua globalidade para que se possa estudar cada um dos aspectos. A partir desta constatação, discorreremos sobre os três principais aspectos da enunciação de forma conjunta, dando ênfase ao que mais nos diz respeito em relação ao presente trabalho, o da *semantização*. Desta maneira, Knack (2012, p. 160) propõe que pensemos no primeiro aspecto, a *realização vocal da língua*, somente como *realização da língua*, que pode ser falada ou escrita; na *semantização* como o que resume o trabalho do locutor com a língua uma vez que engloba os processos de apropriação, atualização e sintagmatização da língua em uso e que está estreitamente ligado aos instrumentos de realização da enunciação; por fim, no *quadro formal da enunciação* como o que focalizará “a descrição os elementos implicados na estrutura enunciativa” (KNACK, 2012, p. 160). Apoiada na reflexão de Benveniste n’*O Aparelho Formal da Enunciação* (BENVENISTE, 1989, p. 83), a autora relembra que o teórico propõe que “na enunciação consideraremos sucessivamente o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” e formula

questionamentos sobre o que devemos, então, levar em conta sobre esses elementos na análise do texto (escrito). Partindo da concepção de que o estudo da linguagem desde o ponto de vista enunciativo é um estudo semântico, apresenta as seguintes questões norteadoras:

*Como o sentido se forma em palavras? Como as formas se diversificam e se engendram para constituir o sentido? Como ocorre a conversão da língua em discurso, isto é, em texto? Como o locutor se apropria do aparelho formal da língua por meio dos índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios de outro para constituir seu texto? (KNACK, 2012, p. 161, grifos da autora)*

Para responder a essas perguntas, é preciso elucidar quais são as categorias que possibilitam o aprofundamento dessas questões para a autora: (a) o *aparelho formal da enunciação*, constituído pelo *aparelho de formas* (categorias de pessoa, tempo e espaço) e pelo *aparelho de funções* (sintáticas: interrogação, intimação e asserção; e modalizantes: modos verbais e fraseologia;); e (b) os *procedimentos acessórios*.

O caminho metodológico utilizado por Knack é parte da reflexão contida n' *A Forma e o Sentido na Linguagem* (BENVENISTE, 1989, p. 232), a qual indica que “o ‘sentido’ da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global; a ‘forma’ se obtém pela dissociação analítica do enunciado, processada até as unidades semânticas, as palavras”. A autora explicita que são necessários dois modos de abordagem para dar conta dessas relações: global e analítico; então, apoiada em Mello (2012) propõe que consideremos o primeiro como relativo à *macroestrutura textual* e o segundo à *microestrutura textual*, pois evidencia que o ato e as situações em que este se realiza concernem ao plano global, e os instrumentos dessa realização ao plano analítico.

A consideração desses dois planos vai ao encontro de nossa proposição acerca do exame do *texto* a partir de dois ângulos: primeiro, a ser descrito sob o ângulo do *ato*, para o qual o método global será utilizado; segundo, a ser descrito sob o ângulo do *discurso*, para o qual o método analítico será utilizado. A análise textual, seja no âmbito da fala, seja no da escrita, vai se dar, portanto, nesse vai e vem entre o texto como *ato* e como *discurso*, em um vai e vem entre os planos *global* e *analítico*. (KNACK, 2012, p. 162-163).

Em síntese, nosso objeto de análise é o texto escrito e será considerado a partir de dois ângulos: como ato e como discurso. Knack (2012, p. 164) afirma que os métodos de análise global e analítico nos orientam a considerar o próprio ato, a situação e os instrumentos de realização (do texto), possibilitando o estudo atento das categorias enunciativas articuladas para a enunciação. Posto isto, temos que o ato enunciativo de apropriação e de atualização da língua

pode se dar por meio de um texto escrito e, nesse ato, há a instanciação de um locutor e de um alocutário, instanciados em tempo e espaço singulares, que podem falar de algo a partir da (cor)referência. “Nesse sentido, numa primeira aproximação com o texto, cumpre investigar *quem fala no texto, para quem fala* e em que *situação* interlocutiva e, para tanto, o plano analítico também deve ser considerado, na medida em que são os instrumentos de realização da enunciação que fornecem os caracteres linguísticos necessários para tal identificação” (KNACK, 2012, p. 167), contudo, observar as especificidades dos caracteres linguísticos não quer dizer que a análise será reduzida aos caracteres formais do texto, mas sim que a partir dos instrumentos (aparelho formal e procedimentos acessórios) poderemos “desvelar a constituição de sentidos no texto, prática de linguagem que, (...) permite a esse falante constituir-se como tal” (KNACK, 2012, p. 167). Portanto, de acordo com a autora, devemos olhar para o texto como um todo de sentido, adotando o plano global como ponto de partida e de chegada, “pois é para a compreensão global do texto que o plano analítico contribui” (KNACK, 2012, p. 167).

Caracterizando a modalidade escrita, podemos observar como o locutor se marca em seu texto a partir da categoria de pessoa. Como na escrita temos o planejamento prévio do agenciamento de formas e de funções da língua, de seu engendramento no discurso e da possibilidade de retorno, Knack (2012, p. 168) aponta que as marcas de pessoa podem ser mais facilmente ocultadas, o que pode causar um efeito de distanciamento em relação ao enunciado. Porém, mesmo que isso seja possível, não é somente a categoria de pessoa que revelará a subjetividade no texto, uma vez que Benveniste mesmo aponta o fato de que toda enunciação é – de forma explícita ou não – uma alocação e que as escolhas feitas pelo locutor sempre se darão em virtude do alocutário, a quem pode, por meio dos instrumentos do ato de enunciação, expressar sentidos.

Se a enunciação afeta a língua inteira como exposto por Benveniste e enfatizado por Knack (2012, p. 168), há outros caracteres linguísticos que podem marcar a passagem de locutor a sujeito no texto, como a escolha das formas da língua que serão atualizadas (substantivos, adjetivos, advérbios) e a sintagmatização e semantização das formas, o que só pode ser resultado de uma apropriação da língua por um locutor que busca estabelecer uma relação de intersubjetividade com um alocutário. Conforme a teórica (2012 p. 169), cada modalidade – falada ou escrita – apresenta particularidades na constituição de referência dessas categorias; em outras palavras, é importante verificar, ao se ter contato com o texto, não só quem está falando e para quem está falando, mas “o *quando* e o *de onde* enunciam locutor e alocutário” (KNACK, 2012, p. 169).

As categorias de pessoa, tempo e espaço instauram a situação enunciativa que se relaciona às circunstâncias que constituem a referência no texto. Já de início, a enunciação possui uma referência própria, uma vez que “falar é *falar de*” (KNACK, 2012, p. 169) e esta referência é dada a partir do presente, forma axial de tempo. Uma peculiaridade do texto escrito em relação ao tempo é que o locutor e o alocutário não partilham do mesmo tempo e espaço da enunciação: “o *eu*, aquele que se apropria da língua e escreve, convertendo-a em *texto*, está situado em um *aqui-agora* e se dirige a um *tu*, real ou imaginado, implícito ou explícito no texto” (KNACK, 2012, p. 169), pois, se é possível haver um *eu-ouvinte*, para Benveniste, também é perfeitamente possível haver um *eu-leitor*, explicitamente marcado por *tu* ou implícito no texto. Assim sendo, de acordo com a autora (2012, p. 170), o *eu* do texto escrito “obriga” a leitura e, por meio dela, instaura-se um novo tempo e espaço decorrentes dessa enunciação e, por conseguinte, também uma nova referência.

Por essa razão, Knack (2012, p. 170) assinala que “a inversibilidade *eu-tu*, que não ocorre no instante do ato de escrita, impede que o locutor, por não haver enunciações de retorno no *aqui-agora*, volte ao seu enunciado e, por uma nova enunciação, diversifique as formas atualizadas, seu agenciamento, seu engendramento”. Isso quer dizer que, apesar de a escrita viabilizar ao locutor uma reflexão sobre sua enunciação e enunciado a fim de ajustá-lo sob a ótica da constituição de sentido, como locutor e alocutário não compartilham do mesmo tempo de enunciação, os ajustes em sua enunciação não acontecem via diálogo (tempo presente); quem ocupa o espaço tanto de locutor como de alocutário é o próprio locutor, sendo a escrita uma produção individual que “tende a não mostrar o seu processo de concepção, o que podemos tentar resgatar a partir dos *rastros*<sup>3</sup> deixados no texto” (KNACK, 2012, p. 170). Com base em Flores (2008, p. 269), Knack (2012, p. 170) argumenta que é o esforço feito pelo locutor com a finalidade de afunilar o sentido e de direcioná-lo faz com que haja rastros no texto, rastros esses que possibilitam ao alocutário reconstituir os sentidos; dessa forma, devemos atentarmos a esses rastros deixados pelo locutor no texto escrito, observando, principalmente, como as formas se engendram para constituírem sentido.

Quando Benveniste (1989, p. 85) diz que “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torna-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”, está falando do mundo instaurado no texto que trabalharemos, ou seja, do mundo do discurso.

---

<sup>3</sup> “O termo *rastros* é de autoria Endruweit (2006), deslocado por Knack (2012) para o estudo sobre texto, no qual defende que o locutor deixa “rastros”. Como a enunciação é única e irrepetível, há “o movimento do sujeito através de rastros que são sua história”. (ENDRUWEIT, 2006 apud KNACK, 2012, p. 170)

Logo, haverá uma nova constituição de referência a cada nova enunciação. Knack (2012, p. 172) salienta que, no texto escrito, o mundo instaurado está ante a perspectiva de quem escreve e é nesse mundo que o alocutário é convidado a se inserir. Para a teórica, não há inversibilidade com possibilidade de ajustes no *aqui-agora* quando da atualização escrita das formas para produzir sentidos, uma vez que os protagonistas da enunciação não se alternam no mesmo tempo e espaço enunciativo. A partir da materialização do texto escrito, então, o alocutário “se depara” com os sentidos e com as referências produzidas pelo locutor no texto, o que acaba por instaurar o ato enunciativo de leitura, fundando um movimento de reconstituição de sentidos.

Como já afirmamos anteriormente, os aspectos da enunciação ocorrem de forma diferente entre as modalidades falada e escrita. Um exemplo é a semantização, na qual observaremos a sintagmatização constituída no texto para compreender o processo de semantização, isto é, como o sentido se formou em palavras e como a língua foi convertida em texto. Concordando novamente com Mello (2012), Knack (2012, p. 172) atesta que “é dessa imbricação entre forma e sentido que, [...], resulta o texto”. Assim, a constituição de sentidos no texto escrito é ancorada no locutor devido à ausência do alocutário no ato da escrita; aquele que escreve se responsabiliza por constituir-se a si mesmo e por constituir o outro na sua enunciação. Em síntese, a autora conclui que os textos escritos, bem como os falados, serão sempre marcados pela irrepitibilidade e pela singularidade – bem como qualquer enunciação – em razão da instauração do próprio quadro formal produzir novas experiências a cada uso da língua. Além disso, os sentidos e as referências reconstituídos nos textos escritos serão particulares, pois relacionados a um centro de referência interno. Porém, adverte-nos Knack (2012, p. 177) da importância de ressaltar “que a irrepitibilidade desses sentidos e referências está vinculada à repitibilidade das formas da língua”. Em seu texto *A Forma e o Sentido na Linguagem* (1989, p. 229), Benveniste diz que é possível ver na língua sua “função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo [...]” e, conforme Knack (2012, p. 178), compreendemos que essa língua é materializada em textos e, por meio deles, transmite a informação, comunica a experiência, suscita a resposta etc. Enfim, “a língua, pelos textos, *organiza toda a vida dos homens*” (KNACK, 2012, p. 178, grifos da autora).

Mello (2012), ao conceber o texto no campo da metassemântica porque é um trabalho *meta*, vinculado à semântica da enunciação, assume que o texto é “*uma unidade linguística intersubjetiva, de extensão variada, resultante de um ato de enunciação*” (MELLO, 2012, p. 84, grifos da autora). Por isso, adota os seguintes princípios teórico-metodológicos, para uma análise translinguística de texto: 1) o texto é um índice global de subjetividade; 2) o texto cria



referência; 3) o texto é produzido na imbricação entre forma e sentido; 4) o texto constitui um modo de ação sobre o alocutário. Assim, a autora defende que uma análise translinguística do texto precisa focalizar a relação entre os planos global e analítico do texto.

Tendo como base *O aparelho formal da enunciação* (1989), no qual Benveniste delinea a metodologia a ser seguida para o estudo do fenômeno da enunciação, Mello (2012, p. 85) apresenta o ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização considerando os planos global e analítico do texto: o ato e as situações em que se realiza a enunciação pertencem ao plano global, ao passo que os instrumentos de realização concernem ao plano analítico. A autora considera o ato como global, pois, ao analisa-lo por essa perspectiva, devemos levar em conta o locutor e o alocutário, isto é, a condição de pessoa, componente central e necessário da enunciação. Já as situações em que o ato se realiza constituem a noção de referência, a qual expressa certa relação do locutor com o mundo, e se dá a partir de determinado tempo e espaço. No plano analítico, temos os instrumentos de realização que dizem respeito aos caracteres formais da enunciação – índices específicos de pessoa, tempo e espaço, e procedimentos acessórios –, dos quais o locutor faz uso ao enunciar-se e os quais tornam esse ato singular. Fundamentada nessa metodologia, Mello (2012, p. 86) propõe cinco princípios nos quais podemos alicerçar uma análise translinguística de textos, dos quais abordaremos quatro que nos parecem mais expressivos a fim de contemplar a nossa análise neste trabalho.

O primeiro princípio explicado pela autora diz respeito ao texto ser um *índice global de subjetividade*. Mello (2012, p. 86) começa falando desse princípio a partir de uma crítica, que a própria autora retoma, feita por Dessons (2006), a qual disserta sobre o quão problemático é reduzir a teoria enunciativa de Benveniste à mera análise de suas marcas formais das categorias de pessoa, tempo e espaço, enquanto essa é uma teoria que possibilita explorar a relação entre o homem e a linguagem. Ora, se, para o linguista, o ato de enunciação está íntima e diretamente relacionado à relação locutor-alocutário, e a língua está diretamente relacionada à enunciação, é importante considerar outros aspectos ademais das marcas formais de *eu-tu-aqui-agora*. Há, no interior das línguas, outros mecanismos que exprimem a subjetividade e, se o texto “é resultante de um ato de enunciação, ele constitui, na sua globalidade, um índice de subjetividade” (MELLO, 2012, p. 87).

O segundo princípio diz respeito ao texto criar referência. Mello (2012, p. 88) argumenta que toda enunciação implica referência, pois “falar é falar de”. Explica que ao contemplar a frase como expressão da língua em uso, Benveniste está dando ênfase à referência ao afirmar

que a frase relaciona-se à situação discursiva ou, como aponta a autora, “às coisas fora da língua”. Diz, ainda, que o linguista ao conceber a frase como uma unidade completa composta por sentido e por referência, está referindo-se ao próprio texto, “cujas dimensões podem variar de acordo com a situação de comunicação em que é produzido” (MELLO, 2012, p. 89). Sendo assim, o sentido e a referência que compõem um texto são construídos em uma relação intersubjetiva e devem ser interpretados em sua singularidade a cada nova instância discursiva. Pensando, então, no texto escrito, Mello (2012, p. 90) recorda que o locutor (escritor) pressupõe um alocutário (leitor) e, buscando exercer influência sobre o *outro*, “mobiliza a língua por sua conta, sintagmatiza e semantiza” (MELLO, 2012, p. 90), e, ao colocar a linguagem em ação, o locutor está autorreferenciando uma vez que mostra o mundo ao alocutário através de suas lentes. No entanto, é importante recordar que no texto escrito, o locutor e o alocutário não partilham de um mesmo tempo e espaço, então a referência é constituída a partir do emprego da língua pelo locutor, o qual utiliza-se dos índices específicos e dos procedimentos acessórios com a finalidade de constituir um centro de referência interno à enunciação. Assim, ao ler, o leitor passa a compartilhar o mesmo *quadro de referência*<sup>4</sup> do autor do texto.

No terceiro princípio, a autora defende que defende que o texto é produzido na imbricação entre forma e sentido. A autora pontua que é a partir das proposições de Benveniste sobre o tema em alguns de seus textos que podemos começar a pensar em uma análise linguística em que as duas formas de ser língua (semiótica e semântica) coexistam metodologicamente. De acordo com Mello (2012, p. 93), em uma linguística que reúne os métodos global e analítico, não é possível que busquemos “o sentido na soma dos signos”, mas sim na imbricação de nível global e analítico: no primeiro, pela compreensão da ideia expressa; no segundo, pela apreensão das noções particulares das palavras.

O quarto princípio atesta que o texto constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário. Para teorizar sobre isso, a autora baseia-se em diversos textos de Benveniste nos quais o linguista fala sobre a relação instaurada entre locutor e alocutário, mas chama-nos a atenção, principalmente, sua reflexão acerca de *A forma e o sentido na linguagem*, na qual argumenta que Benveniste, ao dizer que a linguagem *serve para viver*, está assegurando que essa linguagem materializada em textos é o que possibilita a existência da sociedade e da humanidade. Mello (2012, p. 97) ainda expõe que a linguagem é o modo pelo qual os homens se constituem como seres humanos, agem uns sobre os outros, relacionam-se etc. Dessa forma,

---

<sup>4</sup> Noção de quadro de referência associada à noção de sentido global do texto.

ao analisarmos translinguisticamente um texto, “esse fato deve ser considerado, pois é por meio de textos – breves ou extensos – que os homens partilham experiências, [...], firmam comunhões, rompem laços, externam opiniões e sentimentos, celebram a vida”. (MELLO, 2012, p. 97). Por fim, atesta que é fundamental que analisemos primeiramente o ato enunciativo que acontece entre dois protagonistas do discurso, percebendo de qual forma o locutor age sobre o alocutário no *aqui-agora* em que se deparam.

Após essa reflexão enunciativa, embasada na teoria de linguagem de Émile Benveniste, demonstrar que é, sim, possível considerar o texto em sua modalidade escrita como produto de um ato enunciativo, o qual envolve a instauração de uma relação *eu-tu-aqui-agora*, tendo como diferença principal o fato de o tempo de enunciação do locutor que escreve não ser o mesmo do alocutário que lê, mas que mesmo assim consegue, a partir do uso que fará do quadro formal e dos procedimentos acessórios, reconstituir<sup>5</sup> as referências e os sentidos do texto, consideramos de extrema importância falar da concepção enunciativa de *leitura*, para a qual recorreremos a Naujorks (2011), precursora do trabalho com a leitura alicerçada na teoria benvenistiana.

A autora apresenta a sua tese de que *ler é enunciar* e propõe uma reflexão enunciativa de leitura baseada no fato de que há um “locutor que lê e que, ao ler, torna-se sujeito, sendo, então, o campo da leitura o da intersubjetividade, pois toda leitura precede de um locutor que se propõe como sujeito” (NAUJORKS, 2011, p. 87). Daí percebemos a importância de diferenciar os termos locutor e sujeito: locutor é aquele que fala/lê; sujeito é aquele que se marca singularmente no ato de enunciação/de leitura. Isto é, a autora considera que o leitor não é apenas um *tu* na enunciação de um *eu*, mas sim um *eu* que também produz sentidos.

Para desenvolver sua tese, a autora fará alguns deslocamentos: primeiro, explicando a passagem de locutor a sujeito na leitura; segundo, explorando as noções de intersubjetividade/subjetividade na leitura; terceiro, relacionando forma e sentido na leitura; e quarto, associando enunciação e leitura. Assim, segundo Naujorks (2011, p. 90), temos que a leitura é um ato de interpretação, uma tentativa de reconstituição de um sentido. Sendo este um ato de reconstituição, percebemos que o sentido *reconstituído* pelo locutor-leitor pode não coincidir integralmente com as representações do produtor do texto, e a isso que a autora (2011, p. 90) referirá a apropriação do texto pelo leitor. Sobre esse primeiro deslocamento ainda afirma que “a leitura é um ato intersubjetivo entre os locutores, entre o locutor-leitor e o próprio texto,

---

<sup>5</sup> Estamos tomando o termo "reconstituir" não como uma repetição dos sentidos do texto lido, mas como uma nova constituição de sentidos a partir dos sentidos inscritos no texto-base para a leitura.

considerado alocutário, que se converte em ‘tu’ no discurso do locutor-leitor quando de sua passagem a sujeito-leitor, considerando a experiência singular na linguagem” (NAUJORKS, 2011, p. 90).

Na teoria da enunciação benvenistiana, sempre há um locutor que, ao enunciar, postula um alocutário e, por meio da apropriação da língua, instaura-se como sujeito. Com base nisso, Naujorks (2011, p. 91) argumenta que, “Se os locutores, ao apropriarem-se da língua, instituem-se como sujeitos, e somente assim há possibilidade de linguagem, então a leitura é um apropriar-se do locutor-leitor para propor-se como sujeito-leitor”. Deste modo, ao produzir leitura, o locutor-leitor, em um *aqui-agora* específicos, apresenta-se como sujeito-leitor que “fixa” as referências da alocução atual. Conforme Naujorks (2011, p. 91), a relação intersubjetiva na leitura manifesta-se apenas “num abrir e fechar de olhos”, pois o locutor-leitor, ao apropriar-se do enunciado, cria uma relação de diálogo com ele, constituindo um *tu* no próprio enunciado/texto. É com o texto, portanto, que o locutor-leitor estabelecerá uma reversibilidade para se propor como sujeito-leitor. Em outras palavras, consideramos que o interlocutor, na leitura, é o enunciado com o qual o sujeito-leitor estabelece relação no processo de leitura. Havendo uma enunciação que se dá entre o locutor-leitor e o texto, instaura-se *ele*, uma referência, constituindo, então, uma relação *eu-tu-ele-aqui-agora*.

Partindo da afirmação de Benveniste em *O Aparelho Formal da Enunciação* (1989, p. 90), a qual diz que “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem”, Naujorks (2011, p. 93) argumenta que essa realidade concebida pelo autor, do ponto de vista da escrita, também é constitutiva da leitura, porque considera que “ler é fazer uma trajetória de constituição de sentido que suponha que alguém enunciou” (NAUJORKS, 2011, p. 93). Percebendo a enunciação como um processo intersubjetivo, a troca em que o leitor-locutor produz um sentido novo vinculado a sentidos já existentes, o que o constitui como sujeito-leitor, também está presente nesta perspectiva de leitura. Nesta direção, a autora define a leitura enunciativa “tanto como apropriação de sentidos quanto como atualização de sentidos” (NAUJORKS, 2011, p. 94), pois existe um enunciado que – construído previamente por um locutor anterior que produziu o texto – se atualiza a partir das referências do locutor-leitor que se apropriou dele.

O leitor já foi o “tu” de uma alocução anterior que, ao ler, passa a ser o “eu” de uma nova alocução. O locutor-leitor se faz sujeito-leitor que produz, no processo de leitura, um novo enunciado, que será cada vez único, não importando o número de leituras feitas, pois aí intervêm o tempo e o espaço de cada leitura feita.

Sendo, portanto, a leitura um ato de enunciação, de colocação da língua em uso, reconhecemos que, do ponto de vista enunciativo, o leitor é, antes de tudo, um locutor que, ao ler, propõe-se como sujeito, sendo o enunciado um complexo jogo de relações entre formas e sentidos. (NAUJORKS, 2011, p. 95)

A autora ainda demonstra que, com base em Barthes (apud NAUJORKS, 2011, p. 96), está na hora de devolver ao leitor o seu lugar: o lugar de quem constitui o sentido do texto. Por muito tempo, foi considerado que o autor do texto é o proprietário de sua produção e a partir dele é que teremos todas as respostas a respeito desse texto. No entanto, Naujorks ainda aponta que “é a linguagem que fala, não o autor” (2011, p. 96), ou seja, se assim compreendermos o funcionamento de um texto, estaremos dizendo que ele possui um único significado ou, ao menos, um significado último, o que – sabemos – não é o caso. Dessa forma, aos questionamentos “O que quis dizer o autor do texto?”, “Qual a intenção do autor” e “O que quer transmitir o autor do texto?”, tão comuns na sala de aula de ensino de língua, a autora sustenta que sua resposta seria: “isso é inacessível ao locutor-leitor” (NAUJORKS, 2011, p. 96); mais que isso, a condição para a passagem de locutor a sujeito-leitor está, justamente, na condição de atualizar os sentidos sobre o que leu.

O terceiro deslocamento feito pela professora-pesquisadora diz respeito à relação forma-sentido na leitura. Sobre isso, aponta que o aspecto de semantização da língua diz respeito à enunciação e significa que é nesse processo que a língua é convertida individualmente em discurso. Por conseguinte, segundo Naujorks (2011, p. 98), se a língua antes de tudo significa e essa significação dependerá do uso, é por meio do arranjo formal dos elementos linguísticos que a língua é usada. “O enunciado constitui-se de uma forma cujo entendimento se dará a partir do sentido. Ler, portanto, significa reconhecer a forma e compreender o sentido” (NAUJORKS, 2011, p. 99). Retomando as palavras de Benveniste de que “há duas maneiras de ser língua na forma e no sentido”, a autora constata que é a partir dessas maneiras que olhamos para a leitura. O processo de reconhecimento do geral e do específico das formas e ele se dá pela sintagmatização e semantização, ou seja, “[...] a leitura acontece pelas relações que se colocam através da língua e pelo momento enunciativo em que o locutor se torna sujeito da leitura. Portanto, para que o leitor seja sujeito desse processo, deve reconhecer que, para a leitura, há forma do enunciado e há também sentido que se produz corroborado nessa forma” (NAUJORKS, 2011, p. 99-100).

Com a articulação semiótico-semântico, podemos reconhecer o ato de leitura como a língua em uso, considerando nessa articulação que esse ato só acontece porque o leitor reconhece as relações diferenciais que se constituem no interior do sistema, assim

como compreende que as palavras se organizam e se relacionam no interior do sistema, assim como compreende que as palavras, semantizadas pelas relações que estabelecem no interior da frase, são os instrumentos da expressão semântica. A leitura, portanto, decorre da forma como as palavras se organizam e se relacionam no interior de uma determinada configuração sintática. Significação, na/para a leitura, não é apenas o reconhecimento de pertencimento ao sistema, mas sim, o chegar à compreensão tendo primeiramente o reconhecimento como organicamente relativo ao sistema. (NAUJORKS, 2011, p. 100)

Seguindo o raciocínio, a autora argumenta que, para que haja leitura, é imprescindível que o locutor-leitor reconheça que a palavra é forma e sentido e somente deve ser considerada no uso da língua em sua relação com as outras palavras. Já a frase, ou discurso, obtém seu sentido a partir do agenciamento das palavras. Assim sendo, de acordo com Naujorks (2011, p. 101), ler é construir um discurso que leva sempre ao surgimento de outro com sentido singular. Benveniste diz que é a semantização da língua que está no centro da enunciação como conversão da língua em discurso, e, complementa a autora, a leitura significa atividade do leitor com a língua, produzindo sempre novos sentidos a cada nova situação de uso. Dessa forma, “a leitura como acontecimento singular e irrepetível da língua [...] produz referência. Ler é, portanto, um ato cada vez único de produção de sentidos, tendo como base a forma e o sentido” (NAUJORKS, 2011, p. 101-102), e será, pois, nesse conjunto visto de forma global que surgirá o sentido.

Por fim, o quarto deslocamento da autora é feito para pensar a relação enunciação e leitura. Aqui, para finalizar, teremos que a leitura é um ato de linguagem e, como tal, configura-se em uma enunciação a qual é uma resposta a partir de outro enunciado anteriormente produzido. A leitura em uma perspectiva enunciativa é uma segunda alocação, pois possui um leitor que produzirá “algo” a respeito de uma enunciação anterior, conforme Naujorks (2011, p. 105). Também conforme a autora, apontamos que o ato de leitura é um processo de produção de sentidos no qual se integram *eu-tu-ele-aqui-agora*. Deste modo,

Na leitura, o locutor-leitor deve dar conta da escolha feita pelo autor, do agenciamento das palavras, enfim, da organização sintática, considerando que as palavras só têm sentido na relação com outras palavras. É, portanto, a partir desses elementos que compreendemos a leitura enunciativa como um novo caminho teórico-metodológico. (NAUJORKS, 2011, p. 106)

Cremonese (2014, p. 72) parte da definição de Naujorks (2011) sobre leitura e enunciação, mas possui um objetivo aplicado: mostrar que um trabalho de leitura reflexiva em sala de aula produz mudanças na relação do aluno com a sua escrita. A autora argumenta que o

sujeito-leitor não nasce sozinho, pois acredita que é papel do professor “convocar e instigar o aluno a chegar a esse *como*” (CREMONESE, 2014, p. 73, grifos da autora) e isso, para a autora, implica olhar para o texto sob outra perspectiva e buscar responder ao seguinte questionamento: “*de que maneira o leitor (aluno), na materialidade do enunciado com que se depara, busca as marcas deixadas pelo produtor do texto lido no momento de sua enunciação escrita?*” (CREMONESE, 2014, p. 73).

A autora acredita que a aptidão de ler um texto de forma reflexiva adiciona qualidades ao leitor, fazendo com que ele se torne mais apto a escrever de maneira “autônoma, contextualizada, adequada a seus propósitos, para constituir seu interlocutor” (CREMONESE, 2014, p. 73). Para tanto, é necessário evidenciar quais são os aspectos da leitura que tornam isso possível, ou seja, na análise, é preciso considerar aspectos como a intersubjetividade, a relação forma-sentido, a referência e a cultura.

Cremonese (2014, p. 101) ressalta que, ao considerarmos a leitura-análise como instância de subjetividade, a relação interlocutiva não pode ser desvinculada de qualquer atividade humana, uma vez que pressupõe a linguagem, e esta é sempre intersubjetiva; como instância de construção da relação forma-sentido, a autora deixa claro que leitura e escrita são discursos que se instanciam via integração entre forma e sentido; como instância de referência, afirma que o princípio fundamental da linguagem, a intersubjetividade, está intrinsecamente ligada à referencialidade do discurso; como instância de cultura, esclarece que esta é parte integrante da linguagem e também dos sujeitos, o que faz com que uma não possa ser considerada sem a outra.

Nesse sentido, para a autora, a leitura como instância reflexiva (espaço reflexivo) em sala de aula, precisa estar ancorada nesses quatro pilares da abordagem enunciativa de linguagem de Benveniste: a intersubjetividade, que atualiza as relações interlocutivas *eu-tu*; a referência, que atualiza o sentido global do texto; a sintagmatização de formas que possibilita a produção de sentidos das palavras no emprego e a cultura que é constitutiva da língua atualizada em discurso. O papel do professor que leva em conta esses pilares é o de produzir questionamentos relacionados a cada pilar para convocar o aluno a realizar uma análise reflexiva do texto lido.

Pensando na questão da sala de aula, Silva, Knack e Juchem (2013, p. 15-16) demonstram que é necessário pensar em uma proposta de escrita que valorize a experiência do aluno, pois assim conceberemos o ato de enunciação como uma forma de constituir sentido para

o locutor-aluno atribuída à presença do alocutário-professor/colegas. Em outras palavras, ao se enunciar por escrito, o aluno só se constitui como sujeito (por meio da forma *eu*) quando pressupõe uma alocação (uma resposta de *tu*). É a partir da instauração da intersubjetividade que o aluno renova sua experiência como locutor e funda novas realidades para o discurso.

No decorrer dessa reflexão, compreendemos a fala de Silva (2009, p. 158) de que “o modo como cada locutor se apropria da língua e instaura o alocutário no momento da enunciação é definidor de um apropriar-se depois, já que o sujeito produz sempre novos sentidos a partir de outros já existentes”. Assim, a língua aparece, novamente, como mediação entre o *eu* e o *outro*, entre o que é individual e o que é social, em cuja relação – *língua-cultura-homem* – instaura-se o fundamento linguístico da subjetividade. Essa relação reforça o caráter social-cultural da língua, o que nos faz compreender que o locutor-aluno aprende com o alocutário-professor/colegas o seu lugar no mundo da enunciação – falada ou escrita –, de modo que ele não fabrica sua língua sozinho, mas na relação com o outro. (SILVA; KNACK; JUCHEM, 2013, p. 16)

As autoras também argumentam que encontramos a possibilidade de o aluno iniciar-se na enunciação escrita de sua língua materna na faculdade humana de simbolizar, a qual também atribui ao discurso uma dupla função: para o locutor, a de representar a realidade; para o alocutário, a de recriar a realidade. Desse modo, o aluno recriará a realidade e a sua experiência da realidade por meio de seu ato de produzir discurso.

Conforme Silva, Knack e Juchem (2013, p. 17), a realidade que o locutor-aluno representa pelo discurso escrito nada mais é do que a necessidade da natureza simbólica da linguagem, segundo a qual a enunciação não é um simples reflexo do mundo, mas uma categorização da realidade por parte de cada indivíduo, inscrito em determinada língua e cultura. Em contexto de sala de aula, percebemos, consoante as autoras, que o alocutário é quem recria a realidade do aluno pelo gesto de leitura da sua enunciação escrita e quem recria como locutor a realidade para o aluno “e o insere em uma nova experiência de enunciação escrita a partir de um tema que o convoca a ocupar um novo lugar enunciativo em que possa se singularizar em seu dizer e por ele ser reconhecido pelo outro” (SILVA; KNACK; JUCHEM, 2013, p. 17), constituindo, desse modo, a cada enunciação, uma nova experiência humana em sala de aula por meio da linguagem.

As autoras também acreditam e apontam que a sala de aula de Língua Portuguesa é um lugar privilegiado para o aluno viver sua experiência na linguagem, e que o papel do professor, nesse contexto, é o de originar os questionamentos necessários para que o aluno continue sua história de enunciações escritas por meio de leituras reflexivas dos textos produzidos.



### 1.3 UMA SÍNTESE: POR UM ESTUDO DE TEXTO NA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

Para falar de um estudo de texto por meio da abordagem enunciativa, portanto, percorremos diversos conceitos e formulações teóricas a fim de explicar as nossas concepções de enunciação, texto, leitura e análise textual. Partimos da singularidade da língua em emprego a qual baseamo-nos em dois textos de Émile Benveniste para compreender: *O aparelho formal da enunciação* e *A forma e o sentido na linguagem* (1967/1989). A partir desses escritos, tratamos das condições de emprego das formas e das condições de emprego da língua, questões essenciais para o linguista. Para tanto, discorremos sobre os aspectos constitutivos da enunciação, os quais se resumem em três: a realização vocal da língua, a semantização da língua e o quadro formal da enunciação (composto pelo aparelho de formas e de funções e pelos procedimentos acessórios, ou seja, os instrumentos). Desses aspectos, o que mais toca ao nosso trabalho é o da semantização, pois é com ele que conseguimos ver, nas palavras de Knack (2012, p. 53), “como, a partir da conversão individual da língua em discurso, o sentido se forma em palavras”.

A relação forma-sentido nos leva a pensar na língua em emprego, em que temos a frase/produção de discurso como expressão semântica por excelência. Isso quer dizer que o cerne da questão agora está no que o locutor quer dizer e como ele atualiza linguisticamente o seu pensamento. Posto isto, compreendemos a partir das reflexões de Benveniste, que a língua-sistema no domínio semiótico, torna-se a língua-discurso no domínio semântico. A língua em emprego é responsável pela relação de intersubjetividade estabelecida na enunciação, revelando a sua função mediadora entre homem e homem, homem e mundo, espírito e as coisas, como argumenta o Benveniste.

Sendo assim, acreditamos que o texto assume essa posição mediadora e, para amparar essa questão, utilizamo-nos das reflexões de Knack (2012), que formula uma noção de texto escrito e de uma possível abordagem para esse texto por meio da teoria enunciativa. Após essa formulação, apresentamos a noção de leitura com base em nossa perspectiva teórica por meio da tese de Naujorks (2011), a qual defende que *ler é enunciar*, isto é, o ato de leitura como um processo enunciativo.

Além dessas concepções, trazemos também a ideia defendida por Mello (2012), a qual traz o conceito de leitura-análise e defende que uma análise translinguística do texto deve ter como foco a relação entre os planos global e analítico. O plano global compreende o ato, que

se dá por meio da categoria de pessoa; e a situação em que se realiza, que se configura na constituição da referência. O plano analítico compreende os instrumentos de realização do ato, dos quais o locutor faz uso para se enunciar e tornam o ato singular.

Por fim, Cremonese (2014) apresenta a leitura pelo viés enunciativo como uma instância reflexiva de análise, com o objetivo de mostrar que um trabalho de leitura reflexiva em sala de aula pode produzir mudanças na relação do aluno com a sua escrita. Para isso, esse trabalho deve estar ancorado em quatro pilares da abordagem enunciativa da linguagem propostos pela autora: na intersubjetividade, na referência, na sintagmatização das formas e na cultura constitutiva da língua em discurso.

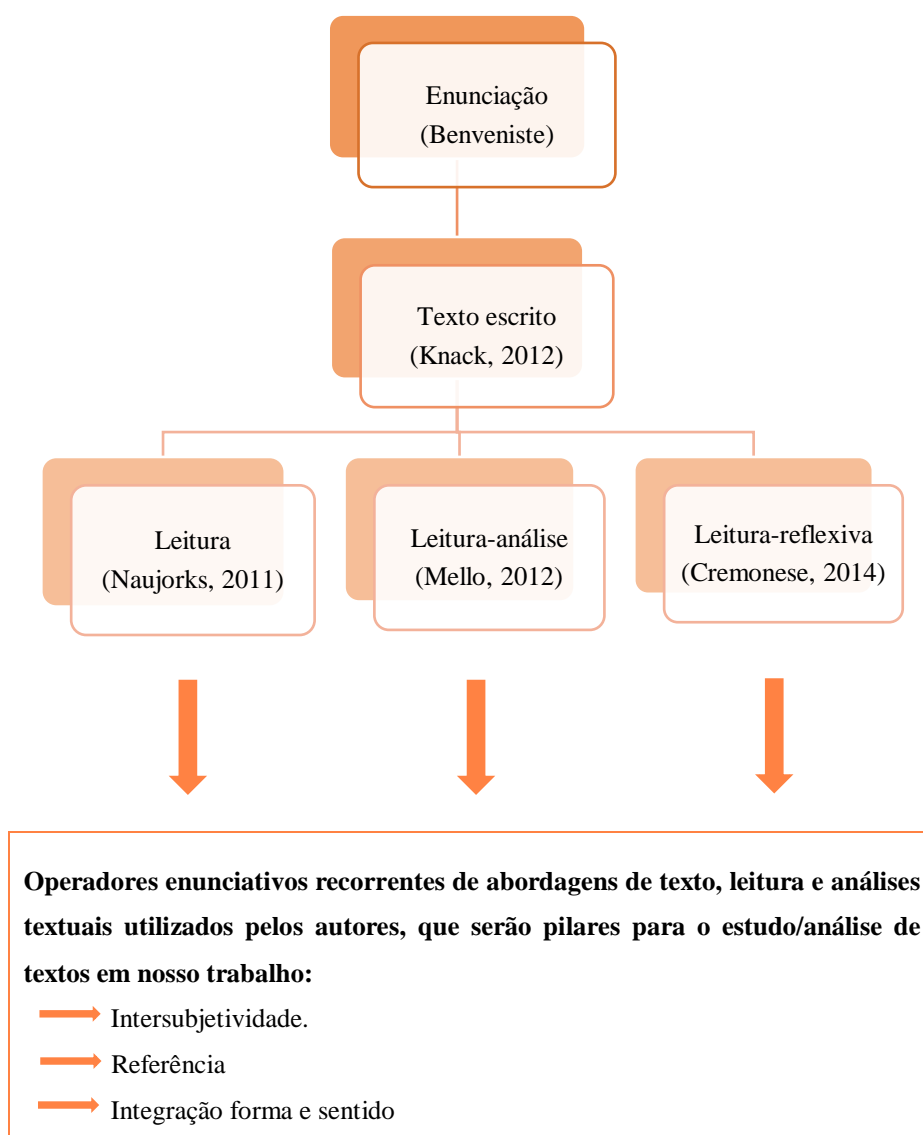


Figura 1 – Sistematização do percurso teórico realizado para abordagem de texto, de leitura e de análises textuais no capítulo 1 deste trabalho.

## 2 METODOLOGIA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE ENUNCIATIVA NO DISCURSO NARRATIVO E NO DISCURSO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

Neste capítulo, pretendemos apresentar os textos que serão objetos de análise e os procedimentos de análise, com perguntas que nortearão a análise de cada texto.

A partir da reflexão teórica, concebemos, como princípio metodológico que teoria enunciativa explica determinado fato de linguagem a partir de sua singularidade, característica de toda enunciação. Por isso, uma análise enunciativa não é quantitativa, mas qualitativa. Nessa linha metodológica, nossos objetos de análise são dois textos: no primeiro, ganha relevo a repetição da palavra *liberdade* com sentidos diferentes de acordo com o seu emprego; no segundo também a palavra *liberdade* ganha saliência. No entanto, selecionamos textos diferenciados: em um predomina a composição narrativa e, no outro, a composição dissertativo-argumentativa. É na análise que verificaremos o funcionamento dessa mesma palavra na sintagmatização. É por meio da verificação do modo como uma palavra age sobre outra(s) nos dois textos que buscaremos verificar como a sintagmatização (relação entre formas) ligada à palavra *liberdade* se configura nos dois textos para a constituição do sentido global do texto (referência), para construir sentidos específicos para a palavra, para mostrar a posição do locutor e para constituir a relação intersubjetiva.

A escolha dos textos para a análise se deu de forma distinta para cada um deles. O primeiro texto possui um valor sentimental grande para mim por ter sido um dos primeiros textos com que trabalhei ao ingressar na graduação e que me marcou muito como aluna. Desde então, sabia que teria de usá-lo em algum momento de minha prática docente; portanto, sua escolha se deu por razões afetivas. O segundo texto foi escolhido em razão da análise do primeiro, que trata dos sentidos da palavra “liberdade”. Desta forma, após a leitura de diversos textos, acabei optando por um que fosse bastante atual e que trouxesse a ideia de liberdade relacionada à democracia e à falta dela, a fim de estabelecer um diálogo com o primeiro texto. Afinal, faz parte do trabalho do professor selecionar textos condizentes com os objetivos que se quer atingir em aula.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Vale salientar que levar o texto para a sala de aula implica considerar a intersubjetividade e, portanto, a relação entre os sujeitos inscritos no ato de escrita e no de leitura. Por isso, a importância de textos autênticos e de não se usar o texto como pretexto para trabalhos gramaticais, mas sim analisar/refletir com os alunos como as formas gramaticais funcionam para produzir sentidos.

O primeiro texto diz respeito a um gênero do tipo narrativo. Trata-se do texto *Beatriz, uma palavra enorme*, capítulo da obra *Primavera num espelho quebrado* (1982) do autor uruguaio Mario Benedetti. Esse livro baseia-se na história de uma família uruguaia que teve de exilar-se na Argentina em decorrência do golpe de estado que sofrera seu país de origem em 1973, uma vez que o pai de Beatriz, narradora do texto, havia sido preso por ser oposição ao atual governo. A seguir apresentamos uma pequena síntese do texto, que será recortado para análise no capítulo seguinte e será colocado na íntegra em anexo. Beatriz, uma menina de apenas nove anos, narra o texto em primeira pessoa, a sua perplexidade e suas percepções em torno do fato de que seu pai é, agora, um preso político. Nesse texto, Beatriz fala sobre uma palavra que considera enorme: liberdade. A partir dessa forma, apresenta diferentes sentidos para “liberdade”.

Como procedimentos de análise, procuraremos o sentido global do texto (referência) e os sentidos particulares da palavra “liberdade”, que se repete ao longo do texto, verificando, a partir desses sentidos singulares das ocorrências e do sentido global, como se instanciam a intersubjetividade e a posição do locutor no discurso.

Na análise, estabeleceremos recortes enunciativos dos textos para respondermos às seguintes questões:

- Considerando que o sentido da palavra é o seu emprego, como uma mesma palavra – a palavra “liberdade” – em um mesmo discurso e em diferentes empregos, evoca, na relação intersubjetiva, distintos sentidos?
- Qual é o papel da integração da palavra “liberdade” em distintos empregos no discurso, para a constituição de referência? Como constitui referência na relação intersubjetiva de leitura?
- Qual o papel dos sentidos particulares da palavra para o sentido global e para a constituição da posição/ponto de vista do locutor no discurso?

O segundo texto envolve um gênero do tipo dissertativo-argumentativo. É um texto de opinião nomeado *Brasil, um país desacostumado à liberdade*, publicado em setembro de 2017 no periódico online HuffPost Brasil. Nesse texto, há uma relação entre liberdade em uma acepção geral e liberdade em uma acepção específica. O autor do texto, Guilherme Spadini (psiquiatra e psicoterapeuta formado pela Universidade de São Paulo), expõe três

acontecimentos de repercussão nacional que o deixaram reflexivo em relação ao que o povo brasileiro concebe como liberdade: criando leis que proibam o retrocesso de ideais conservadores.

No capítulo seguinte procederemos a análise dos textos.

### 3 POR UM ESTUDO TEXTUAL DE EXPLORAÇÃO DA FORMA E DO SENTIDO DE PALAVRAS RECORRENTE NO DISCURSO PARA A CONSTITUIÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE, DA REFERÊNCIA E DA POSIÇÃO DO LOCUTOR

Neste capítulo, realizamos o movimento analítico de dois textos de gêneros distintos, com o propósito de verificarmos o papel da palavra em seu emprego para a constituição de sentidos particulares que encaminham o locutor a construir o sentido global do texto (a referência), a constituir a intersubjetividade e a mostrar a sua posição de locutor no discurso. Para isso, procederemos a análise de textos – decorrente deste trabalho – com composição diferenciada, porque pertencentes a distintos gêneros.

#### 3.1 OS SENTIDOS DE *LIBERDADE* NO DISCURSO NARRATIVO

Para a análise do primeiro texto, que se encontra em anexo na íntegra, selecionamos três trechos do texto *Beatriz, uma palavra enorme* a fim de mostrar nosso objetivo, ou seja, mostrar que uma mesma forma pode deslocar-se para novos sentidos. O texto tem como referência, sentido global, a importância da liberdade na vida humana e os problemas decorrentes da falta de liberdade, com acontecimentos ligados à prisão política do pai da narradora-personagem. Essa referência é constituída por meio da repetibilidade da forma “liberdade”, que adquiriu relevo em nossa leitura inicial do texto pelo fato de evocar diferentes sentidos entrelaçados para a constituição do ponto de vista narrativo.

A palavra “liberdade”, se tomada fora do seu emprego, terá – sempre e somente – valor genérico e conceitual, conforme argumenta Benveniste em *A forma e o sentido na linguagem*. Por isso, nos questionamos sobre qual seria o valor genérico de *liberdade*? De acordo com uma acepção geral, liberdade evoca “o direito de agir segundo o livre arbítrio, de acordo com a própria vontade, desde que não prejudique outra pessoa”.

No entanto, a palavra quando colocada no emprego, sempre terá sentidos particulares. Qual seria o sentido particular de *liberdade* em cada um dos recortes enunciativos do texto?

### Recorte enunciativo 1:

Liberdade é uma palavra enorme. Por exemplo, quando termina a aula, se diz que você está em liberdade. Enquanto dura a liberdade, você passeia, você brinca, você não tem por que estudar. Se diz que um país é livre quando uma mulher qualquer ou um homem qualquer faz tudo o que dá vontade. Mas até os países livres têm coisas muito proibidas. Por exemplo, matar. (BENEDETTI, 2009)

No primeiro recorte, com a afirmação inicial de que “liberdade é uma palavra enorme”, a narradora-personagem problematiza a palavra liberdade e cria a expectativas de que falará da forma da palavra (de sua extensão), entretanto, acaba por discutir os seus sentidos. Nesse trecho, a menina, por meio de exemplos, evoca um sentido de liberdade que se aproxima do conceito mais geral da palavra para depois estabelecer outros sentidos mais particulares. O locutor do texto dessa visão geral passa a dar sentidos específicos à forma a partir da sintagmatização, de outras formas ligadas à *liberdade* como veremos nos recortes a seguir.

### Recorte enunciativo 2:

Liberdade quer dizer muitas coisas. Por exemplo, se você não está presa, se diz que está em liberdade. Mas meu pai está preso e está em Liberdade, porque assim se chama a cadeia onde ele está já há muitos anos. (...) Meu pai é um preso, mas não porque tenha matado ou roubado ou chegado tarde à escola. Graciela diz que meu pai está em Liberdade, ou seja, preso, por suas ideias. (BENEDETTI, 2009)

No segundo recorte, vemos que a narradora-personagem direciona o leitor a pensar que liberdade pode ter muitos sentidos, quando afirma que “liberdade quer dizer muitas coisas”. Aqui, a palavra é tomada em relação com a primeira definição (Recorte enunciativo 1), mas ganha saliência o sentido relacionado à falta de liberdade e os possíveis motivos para essa *falta de liberdade*. Tais sentidos comparecem por meio da sintagmatização de outras formas – como roubar, matar e ter ideias. A palavra liberdade nesse recorte vai ganhando contornos específicos, porque relacionado à falta de liberdade do pai da narradora-personagem. Comparece, então, dois sentidos para liberdade: a de não estar em liberdade e a de estar em um lugar chamado Liberdade; nesse segundo, temos a ideia de nomeação que pode ser observada na forma, por ser essa escrita, com o uso da letra maiúscula para o estabelecimento desse sentido. Assim, forma-se um paradoxo em relação ao termo *liberdade*: ao mesmo tempo em que significa o poder de um indivíduo poder exercer seus direitos e vontades dentro da lei de determinada sociedade, aqui, comparece também o sentido de ser justamente o lugar que priva esses indivíduos de exercerem quaisquer direitos, pois Liberdade é como se chama a prisão em que

o pai de Beatriz está preso. Ademais, ele está preso por causa de “suas ideias”, ou seja, por causa de seu pensar crítico; outro paradoxo se estabelece sabendo que não há como prender os pensamentos de alguém ao prender a pessoa. Sendo assim, o sentido de liberdade não é nem inerente nem estável, mas pode deslocar-se e estabelecer o contraditório pois denominar uma prisão como Liberdade é algo paradoxal justamente por ser a prisão um lugar de falta de liberdade.

### Recorte enunciativo 3:

Ou seja: liberdade é uma palavra enorme. Graciela diz que ser um preso político como meu pai não é nenhuma vergonha. Que é quase um orgulho. Por que quase? Ou é orgulho ou é vergonha. Por um acaso seria bonito que eu dissesse que é quase uma vergonha? Eu estou orgulhosa, não quase orgulhosa, do meu pai, porque ele teve muitíssimas ideias, tantas e tantíssimas que o prenderam por causa disso. Eu acho que agora meu pai continuará tendo ideias, tremendas ideias, mas tenho quase certeza de que não vai contar pra ninguém, porque, se contar, quando ele sair da Liberdade para viver em liberdade, podem colocá-lo de novo na Liberdade. Estão vendo como é uma palavra enorme? (BENEDETTI, 2009)

No terceiro recorte, há a retomada da ideia de que liberdade é uma palavra enorme: agora não mais criando a expectativa de extensão da forma, mas de que contém diferentes sentidos. Ao trazer as causas para a privação de liberdade, a narradora-personagem, por meio da função da interrogação, traz questões, que, quando respondidas, mostram a sua relação com o pai, a sua relação com a própria palavra *liberdade* e o seu ponto de vista. De acordo com Benveniste, em seu texto *O aparelho formal da enunciação* (1989, p. 84), a presença do locutor em sua própria enunciação faz com se constitua um centro de referência interno ao discurso e isso se manifesta por meio de um jogo de formas específicas que tem por função “colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (idem). Sendo assim, é por meio de diferentes formas que são sintagmatizadas ao redor da forma “liberdade” que o locutor se coloca em relação constante e necessária com sua enunciação e que mostra sua condição de criança em um momento de reflexão sobre os sentidos que a liberdade tem em sua vida. Dessa forma, temos a relação forma e sentido estabelecendo uma relação de contradição quanto aos termos *liberdade* e *Liberdade* visto que uma liberta enquanto a outra cerceia.

Além disso, o advérbio *quase* é bastante marcante nesse trecho justamente porque, em forma de modalização, o locutor transita entre aquilo que “deveria dizer” e aquilo que “gostaria de dizer”, sendo esses dizeres cerceados pela relação entre liberdade e Liberdade. Ou seja, o *quase* assinala tanto o dizer quanto o deixar de dizer em vista do outro(s) que, na relação



intersubjetiva, constitui com o locutor as (im)possibilidades do discurso, e que, neste caso, está em consonância com a constituição de sentidos das formas de liberdade. Além disso, vemos que a forma "quase", na sintagmatização do discurso, age sobre outras palavras, acarretando uma mudança de sentido dessas outras palavras como "vergonha" e "orgulho". Essa oscilação entre os sentidos de "vergonha" e "quase vergonha" e de "orgulho" e "quase orgulho" evidenciam a característica questionadora da narradora-personagem em problematizar o "quase" e em assumir sua posição no discurso de quem tem "orgulho" de seu pai e não "quase orgulho".

A análise desse primeiro texto mostra-nos que uma mesma forma pode mudar de sentido conforme seu emprego na frase e isso justificaria o adjetivo “enorme”, como a possibilidade de deslocamentos de sentidos próprios e singulares na/pela língua-discurso em função da posição de locutor a partir da qual se fala (por exemplo, seu pai, que está preso). Essa reflexão é interessante, pois explica como constituímos os sentidos singulares a partir de uma acepção mais geral, tal qual a que se encontra no dicionário. Benveniste, em seu texto *Estruturalismo e linguística*, traz uma reflexão interessante sobre os sentidos, que não cabem nos dicionários, como ilustra o trecho a seguir:

Sabe-se muito bem que a língua compõe-se de elementos isoláveis e que cada um tem sentido e são articulados segundo um código. São estes elementos que os dicionários catalogam e, ao lado de cada um deles, colocam uma definição, dão, pois, o que eles chamam seu sentido. **Mas o simples fato de que existem dicionários implica, na verdade, um mundo de problemas. O que é o sentido?** Olhando-se de perto, percebe-se que os dicionários justapõem uma quantidade de coisas muito disparatadas. Se procuramos *soleil* [sol], encontraremos uma definição mais ou menos desenvolvida do astro que é assim denominado. Se procuramos *faire* [fazer], encontraremos uma dúzia ou uma quinzena de rubricas. No Littré, com as subdivisões, há 80. Trata-se do mesmo sentido? São muitos sentidos? Não se sabe. (BENVENISTE, 1989, p. 20, grifo nosso)

Por isso, em uma análise textual, observar a organização singular das formas e os sentidos produzidos na sintagmatização encaminha que se verifique modo de o locutor assegurar o duplo funcionamento (inter)subjetivo e referencial do seu discurso. Para isso, percebe-se a importância de explicitar a posição ocupada pela narradora-personagem ao enunciar-se para estabelecer a constituição da relação intersubjetiva, para o estabelecimento da referência e para percepção da posição do locutor no discurso com a finalidade de relatar às pessoas o que ocorreu com o seu pai em vista de ter muitas ideias deferentes das que o governo da época.

Considerar a leitura de um texto como instância de análise, a partir da integração entre forma e sentido nos contextos de emprego, possibilita que se chegue à referência deste texto, ao modo como o locutor se declara como tal e implanta o outro diante de si e, ainda, ao ponto de vista que nele é construído.

### 3.2. OS SENTIDOS DA PALAVRA *LIBERDADE* NO DISCURSO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

O segundo texto, que também se encontra na íntegra em anexo, envolve um gênero do tipo dissertativo-argumentativo. O texto será, como o anterior, analisado em recortes. Com essa segunda análise pretendemos verificar os sentidos da palavra *liberdade* integrada em diferentes sintagmatizações para o locutor situar a sua posição no discurso para o seu alocutário. Esse segundo texto que se organiza em uma composição dissertativo-argumentativa já apresenta o *lead* com a temática e o ponto de vista do autor sobre essa temática: “É ilusão achar que um Estado autoritário passando leis que proibam ideais conservadores seja uma vitória da liberdade”. No entanto, o texto, em seu sentido global, traz uma ideia de liberdade e cerceamento de liberdade não somente ligado ao Estado autoritário, como veremos nas análises dos recortes enunciativos. A ideia de “liberdade” e de proibição de “liberdade” está colocada desde o início e parece ser a expectativa que o autor cria sobre a temática, o “falar de”, que, na perspectiva enunciativa, envolve considerar a referência do discurso produto de um ato de enunciação de um locutor.

No decorrer do texto, vemos o autor, que será em nossa análise considerado locutor, colocar uma espécie de título para cada um dos três acontecimentos nacionais abordados para se situar no discurso e na sociedade brasileira *para* e *com* seu alocutário. Por isso, consideramos importante segmentar o texto em recortes enunciativos a partir desses títulos internos ao texto relacionados à “liberdade”, pois parece que o locutor, ao tratar de sub-temáticas vinculadas à “liberdade” traz sentidos específicos nas ocorrências de emprego dessa palavra também ligada a essas referências específicas (sub-temáticas): “liberdade” como conceito geral no contexto inicial do texto; “liberdade” relacionada ao episódio do *Queer Museu*; “liberdade” relacionada ao episódio da *cura gay*; liberdade ligada ao *ensino religioso*.

### Recorte enunciativo 1

Liberdade é um conceito delicado. Neste caso, estou falando da liberdade do indivíduo que vive em sociedade, que é sempre limitada pela liberdade de seus concidadãos, e sempre ameaçada pelos delírios autoritários do Estado.

Como no primeiro texto, o locutor inicia o texto problematizando a palavra “liberdade”, porém, agora esse outro locutor não cria expectativas sobre a forma da palavra, mas sobre o conceito, que concebe como “delicado”. Aqui já o locutor cria expectativas sobre o porquê do conceito de liberdade ser “delicado”. Ao se posicionar como pessoa-subjetiva “eu”, o locutor situa a liberdade do indivíduo como ser social em relação a outros (seus concidadãos). Esses indivíduos como participantes da sociedade podem ser “ameaçados” pelos “delírios autoritários do Estado”. Ora, esse primeiro recorte situa a “liberdade” como algo que pode ser cerceado pelo Estado, concebido pelo como autoritário e delirante. Isso nos remete ao sentido de que o Estado pode censurar a liberdade dos indivíduos na sociedade de forma doente e falsa (delirante). Vemos aqui o locutor se situar no discurso a favor da liberdade dos indivíduos na sociedade e contrário à opressão do Estado, sentido atestado pelo modo como agencia formas e as sintagmatiza no discurso. Parece-nos ser essa a referência para “liberdade” e o ponto de vista do locutor que vai se delineando no texto.

### Recorte enunciativo 2

#### Queer Museu

O episódio da exposição se diferencia dos outros por não se relacionar com decisões oficiais do Estado. Simplesmente, o banco Santander, que patrocinava a exposição, decidiu fechá-la após pressão popular. Neste caso, a gritaria sobre censura é obviamente descabida, já que não houve nenhuma proibição do Estado.

Não deixa de ser triste constatar, no entanto, a facilidade com que parcelas da sociedade conseguem se organizar para proibir, fechar, impedir, a livre expressão de ideias.

[...] Há outras considerações relevantes sobre o episódio, como o incentivo por meio do dinheiro público e classificação etária da exposição, que poderiam ter sido revistas sem, no entanto, que a mesma fosse fechada. Independentemente, a verdade é que a polarização política fez a liberdade de vítima mais uma vez. [...] Paralelo a esse episódio, aconteceu também a proibição da peça em que Jesus era uma mulher trans, que voltou a ser autorizada depois. Sinais do quanto ainda somos uma sociedade imatura, desacostumada à liberdade.

No segundo recorte enunciativo, o locutor traz para o texto um episódio que estava sendo fortemente discutido na época a fim de constituir uma referência, que nos parece ser

específica porque ligada ao acontecimento do *Queer Museu*, conforme o locutor o concebe. No episódio em questão, o locutor aborda uma exposição de arte chamada “Queer Museu”, patrocinada pelo banco Santander. Essa exposição, por meio de pressão popular, foi fechada ao público. O autor mostra o seu ponto de vista ao dizer que, independente de qual fossem os motivos para a exposição haver sido fechada, a verdade é que uma certa polarização política (ambivalente) fez a liberdade de vítima. Além desse episódio, o autor ainda cita o caso de uma peça de teatro em que havia uma reformulação de sentidos em relação ao *status quo*: Jesus era representado como uma mulher trans, o que ofendeu uma parcela da população, que exigiu a sua proibição. Aqui, o autor expõe o seu ponto de vista por meio da sintagmatização de sermos, ainda, uma sociedade “desacostumada à liberdade”. Nesse momento, está em jogo novamente a acepção geral da palavra liberdade como “ato de agir de acordo com sua própria vontade”, uma vez que o público, ao se ofender com a peça, pede a sua proibição ao invés de *boicotar* o evento de modo a garantir o direito de expressão de grupos que pensam de forma diferente.

Vemos, nesse recorte, o direito à liberdade artística e à sua proibição não somente vinculada ao Estado, mas também a uma “sociedade imatura, desacostumada à liberdade”. Entra, no recorte, também a questão religiosa e aos valores antigos de religiosidade, situados em outra sociedade. Isso porque o locutor coloca em paralelo ao episódio do museu outro episódio: o caso “em que Jesus era uma mulher trans”. Nesse recorte, vemos o locutor colocar a liberdade como “vítima” da “polarização política” e de “questões religiosas”. Isso resultou no “fechamento” da exposição e na “proibição da peça”. Nesse recorte, o locutor defende “revisão” de obras artísticas (considerando classificação de faixa etária), mas não “fechamento” e “proibição”. Por isso, vemos que a referência agora envolve a defesa à “liberdade de expressão artística” e, nessa defesa, coloca como culpado pela censura não o Estado, mas “uma sociedade imatura”.

### Recorte enunciativo 3

#### **Cura gay**

Depois da exposição, veio a grande polêmica da "cura gay". Que teve muito pouco a ver com "cura gay", exceto nas manchetes sensacionalistas. E aqui temos um exemplo claro dos limites do poder do Estado sobre o indivíduo.

[...] A decisão judicial avaliava a interpretação de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O teor da decisão é de que a resolução do CFP não pode ser contrária à Constituição e, portanto, não pode limitar a liberdade científica e de pensamento e expressão, que são garantias constitucionais. [...] As

primeiras podem parecer sensatas, mas representariam um forçar de valores científicos goela abaixo da sociedade, proibindo que indivíduos procurem formas alternativas de tratamento, como imposição de mãos, cromoterapia, cirurgias espirituais etc. Ou seja, proibindo que as pessoas exerçam suas liberdades de pensamento, ideologia, fé, espiritualidade, que seja.

No terceiro recorte, o autor parte de outra referência constituída no texto (relacionada a um segundo episódio escolhido a fim de elucidar o argumento de que o Brasil ainda é um país desacostumado à liberdade). Nesse caso, está falando do polêmico episódio da “cura gay” que estava sendo amplamente debatida na época. Em um primeiro momento, enfatiza que nenhum órgão pode impedir que se realizem pesquisas sobre o tema dessa “cura”, uma vez que a liberdade – aqui, em um conceito mais específico que se determina por meio da sintagmatização entre *liberdade* e *científica* – de pensamento e de expressão são garantias constitucionais.

O autor, ainda, explica que limitar a liberdade das pessoas proibindo-as de questionarem o método científico vai contra o que está garantido na Constituição, pois cada um tem, ou deveria ter, o direito de buscar quaisquer que sejam suas fontes de “tratamento” para o que consideram uma doença. Então, apresenta o ponto de vista de que, apesar de, em sua opinião, o pensamento de que existiria uma cura gay representar um retrocesso social, os direitos de manifestação de seu pensamento, ideologia, fé, espiritualidade, dentre outras coisas, é um exercício da *liberdade* que essas pessoas possuem. Nesse recorte, vemos o locutor relacionar “liberdade” ao “conhecimento científico” e não a ideias pré-concebidas sem fundamentação na ciência. Por isso, no início da sintagmatização acerca desse acontecimento, já situa o caso fora dos limites do Estado em relação à liberdade individual: “E aqui temos um exemplo claro dos limites do poder do Estado sobre o indivíduo”. Vemos mais uma referência específica sendo produzida no discurso e o ponto de vista do locutor se constituindo em defesa da liberdade de escolha do indivíduo, manifestando-se contrário ao cerceamento da liberdade, por meio de proibições “de pensamento, ideologia, fé, espiritualidade, que seja”. Ao relacionar à ideia de “cura gay” a “manchetes sensacionalistas” e a interpretações de resoluções do conselho de Psicologia contrários à Constituição, o locutor situa-se em defesa da liberdade do indivíduo e da diversidade pelo viés dos “valores científicos”.

No recorte seguinte, o locutor mantém-se nessa referência específica da “cura gay” com a discussão da liberdade de pensar e ser do indivíduo.

#### Recorte enunciativo 4

[...] Porque eu acho que a ideia de oferecer psicoterapia para alguém que quer deixar de ser gay é odiosa. Traduz um pensamento retrógrado, preconceituoso, repressivo. [...]

Mas eu simplesmente não consigo deixar de concordar com a decisão judicial. Porque milhões de pessoas no Brasil pensam diferente. E o Estado tem limitados poderes para privar essas pessoas de pensarem diferente e de procurarem ajuda profissional que acolha seu jeito diferente de pensar. E deveria ter mesmo.

A decisão judicial não revogou a resolução do Conselho. Confirmou-a. Mas tomou o cuidado de observar que ela não pode ser interpretada de modo a limitar direitos constitucionais. Um exemplo sutil de cuidado com a liberdade, com os limites do poder o Estado sobre o indivíduo, que foi muito mal interpretado por nossa sociedade, tão desacostumada.

Aqui, no quarto recorte enunciativo, fica mais clara ainda a posição do locutor em relação ao episódio da denominada cura gay, dizendo que se posiciona favorável à decisão de que as pessoas usufruam de sua liberdade de acreditarem em tal situação e de buscarem “tratamentos” que correspondam com o que acreditam, desde que não prejudiquem outras pessoas com isso. Novamente, explica que considera “odioso” acreditar que seja possível, por exemplo, oferecer um tratamento psicoterápico para que alguém deixe de ser gay; diz ainda que essa é uma demonstração do pensamento retrógrado, preconceituoso e repressivo da sociedade para com os homossexuais; mas que, apesar de tudo isso, também acha que a decisão judicial de não limitar as liberdades individuais está correta, pois, caso contrário, estaríamos *limitando* os direitos de expressão de determinado grupo. Sendo assim, demonstraria mais uma vez que nossa sociedade pensa ser correto *proibir* as outras pessoas de pensarem de determinada forma porque ela não corresponde às nossas crenças, confirmando mais uma vez a falta de costume e de cuidado com a liberdade. Novamente nesse recorte vemos o locutor sintagmatizar “liberdade” e “Estado”, enfatizando os poderes limitados do Estado para “privar” a liberdade e a diversidade de pensamento. Relaciona “liberdade” a “direitos constitucionais” para enfatizar o ponto de vista de que “há limites do poder do Estado sobre o indivíduo. Vemos o locutor reiterar o problema que coloca na sociedade, que interpreta mal os direitos constitucionais e está “desacostumada à liberdade”, sintagmatização presente também no recorte 2.

#### Recorte enunciativo 5

**Ensino religioso**

Por fim, a decisão do STF de que não pode proibir que o ensino religioso nas escolas públicas, previsto na Constituição, seja do tipo confessional. [...]

Fosse o ensino religioso obrigatório, provavelmente a decisão seria diferente. Mas não é. A Constituição obriga que a disciplina seja oferecida nas escolas, no ensino fundamental, mas como uma optativa. Os pais podem não matricular seus filhos nessa disciplina. [...]

Agora vejamos. O STF não decidiu que o ensino religioso será obrigatório. Isso já está na Constituição e só o oferecimento é obrigatório. A disciplina é opcional. O STF não proibiu o ensino não confessional. Ele continua podendo ser adotado pelas escolas interessadas. O STF não tornou o ensino confessional obrigatório. Ele apenas não o proibiu.

Então, qual o grande escândalo? Nenhum. Só mais evidências de um país desacostumado à liberdade. Tudo isso parece um retrocesso para o movimento progressista. Mas só porque este movimento está ficando por demais acostumado a depender de leis, de regulamentações, de transformar conquistas em "direitos" bancados pela máquina do Estado. Um movimento que deveria ser a favor da liberdade, da emancipação humana, vem se tornando autoritário. Só quer reconhecer como livres os pensamentos que lhe agradam, como livres as pessoas que o seguem.

No quinto recorte enunciativo, a referência específica constituída diz respeito à obrigatoriedade de oferta de ensino religioso nas escolas públicas. O locutor apela a seu alocutário para acompanhar a sua discussão com a expressão “Agora vejamos”, que pode ser parafraseado como “Neste momento de meu texto, você está convidado a ir comigo”. Novamente, o locutor procura esclarecer que na Constituição está previsto que deve ser oferecido o ensino religioso, mas que a disciplina é opcional. E alerta: “O STF não tornou o ensino confessional obrigatório. Ele apenas não o proibiu”. Assim, o locutor novamente volta a ideia do “desacostumado”, agora é um “país desacostumado” à liberdade de escolha, pois os indivíduos buscam o poder do Estado: “Tudo isso parece um retrocesso para o movimento progressista. Mas só porque este movimento está ficando por demais acostumado a depender de leis, de regulamentações, de transformar conquistas em "direitos" bancados pela máquina do Estado”.

### **Recorte enunciativo 6**

**Isso não é liberdade. É conformidade.**

É ilusão achar que um Estado autoritário passando leis que proibam ideais conservadores seja uma vitória da liberdade. Liberdade mesmo é conviver com a diversidade de opiniões, lutar ardentemente pelo avanço das suas, mas sempre desconfiar da imposição do Estado.

Neste último recorte, apresentamos a conclusão do locutor após se posicionar sobre vários acontecimentos em que “a liberdade” está implicada. No final, reforça seu ponto de vista já inserido no *lead* de haver ilusão sobre a ideia da qual é contrário de que a “vitória da liberdade” estaria em leis do Estado com proibições de “ideais conservadores”. E concretiza sua posição no discurso com destaque para a palavra “mesmo” como se chegasse ao conceito adota para “liberdade” após ter passado por diferentes visões desse “conceito delicado”, conforme inicia o texto: “Liberdade mesmo é conviver com a diversidade de opiniões, lutar ardentemente pelo avanço das suas, mas sempre desconfiar da imposição do Estado”.

A análise desse texto de composição dissertativa-argumentativa evidencia que os acontecimentos vêm para o discurso com formas sintagmatizadas pelo locutor que produzem sentidos específicos, que delineiam a referência e situam seu ponto de vista no discurso. Não é por acaso que formas como “desacostumada” e “desacostumado” são reiteradas e colocadas em relação a palavras como “país” e “sociedade”. É por aí que o locutor se situa no discurso: a sociedade precisa estar acostumada à liberdade de ideias, opiniões, expressões para não buscar no Estado o cerceamento até mesmo de ideias e opiniões retrógradas. É com essa posição no discurso que o locutor procura dialogar com o alocutário, procurando adesão à sua posição e, quem sabe, buscando adequá-lo ao mundo, conforme pontua Benveniste em “A forma e o sentido na linguagem”. Talvez o locutor queira o levar seu alocutário a se tornar mais “acostumado” à “liberdade”. É nesse funcionamento semântico da língua no discurso que podemos ver “a língua na sua mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo [...], comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens”. (BENVENISTE, 1989, p. 229).

### 3.3. POR UMA SÍNTESE DAS ANÁLISES

As análises dos textos mostram-nos que uma mesma forma pode mudar de sentido conforme seu emprego na frase. Por isso, em uma análise textual, observar a organização singular das formas e os sentidos produzidos na sintagmatização encaminha que se verifique o modo de o locutor assegurar o duplo funcionamento (inter)subjetivo e referencial do seu discurso.



Nas análises, portanto, é possível perceber em ambos os textos a constituição da relação intersubjetiva: no texto 1, por meio da função da interrogação, a narradora-personagem levanta questões que, ao serem respondidas por ela mesma, mostram seu ponto de vista e, assim, ela se coloca em sua própria enunciação, constituindo um centro de referência interno ao discurso que se manifestará por meio de formas específicas; no texto 2, percebemos o locutor se situando no discurso a favor da liberdade dos indivíduos na sociedade e contrário à opressão do Estado, sentido atestado pelo modo como agencia formas e as sintagmatiza no discurso. É a partir disso que cria a referência para “liberdade” e o seu ponto de vista, que vai se delineando ao longo do texto.

Enquanto no primeiro texto há repetição da palavra liberdade com sentidos diferentes (do macro ao micro; do paradoxo e contraditório); no segundo texto, há outras palavras com sentidos que remetem ao conceito de liberdade, complexificando-o e complementando-o.

Sendo assim, podemos dizer que, enquanto no primeiro texto a sintagmatização de palavras em torno da palavra liberdade leva à construção da narradora-personagem em que na narrativa envolve a ficcionalização, no segundo, a sintagmatização de palavras em torno da palavra liberdade envolve a argumentação de um ponto de vista no qual está em jogo sentidos específicos de liberdade vinculados à sociedade brasileira com acontecimentos que se tornam referências específicas em um tempo e espaço contemporâneos à situação de discurso do locutor. Nesse sentido, ele se implanta como locutor, institui o outro como seu alocutário, situando-se via língua-discurso na sociedade, para buscar a adesão do outro à sua posição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo, então, da ideia inicial deste trabalho, que consistia em verificar *como a sintagmatização de uma mesma palavra no discurso produz semantização para a constituição da relação intersubjetiva, para o estabelecimento da referência e para percepção da posição do locutor no discurso*, observamos como o locutor, ao escrever o texto, sintagmatizou formas para produzir sentido e para constituir o outro, que, na leitura-análise, torna-se locutor e, conseqüentemente, propõe a análise do texto. Essa análise, no momento em que é escrita, caso deste estudo, constitui um outro alocutário, que pode também se tornar locutor. É nesse jogo de inversibilidade que a língua-discurso é concebida por Émile Benveniste.

No primeiro capítulo, construímos um aparato teórico enunciativo de alguns conceitos fundamentais da teoria enunciativa de Émile Benveniste, tais como as noções de enunciação, discurso, referência e os pares forma-sentido a partir dos textos “O Aparelho Formal da Enunciação” e “A Forma e o Sentido na Linguagem”, presentes na obra *Problemas de Linguística Geral II*. Na sequência do trabalho, no segundo item, tínhamos como objetivo articular as principais noções teóricas enunciativas aos deslocamentos realizados por estudiosos da perspectiva enunciativa benvenistiana para as abordagens de texto, leitura e análise textual visando à proposição de uma forma de se estudar o texto, objeto central do ensino de Língua Portuguesa, em sala de aula.

Para tanto, percorremos a noção de texto escrito a partir de Knack (2012), a qual serviu de pilar base para pensar uma abordagem do texto por meio da teoria enunciativa. Após, dialogamos com a tese de Naujorks (2011) para tratarmos de leitura e então pensar a leitura como processo enunciativo. Em seguida, tratamos da questão da leitura-análise estudada por Mello (2012), questão a qual nos leva à tese elaborada por Cremonese (2014) que concebe a leitura como instância reflexiva de análise.

Em um terceiro momento, realizamos as análises dos textos *Beatriz, uma palavra enorme* (narrativo) e *Brasil, um país desacostumado à liberdade* (argumentativo). As análises mostram-nos que uma mesma forma pode mudar de sentido conforme seu emprego na frase. Enquanto no primeiro texto há repetição da forma “liberdade” com sentidos diferentes (do macro ao micro; do paradoxo e contraditório); no segundo texto, há outras palavras com sentidos que remetem ao conceito de liberdade, complexificando-o e complementando-o. Por isso, verifica-se ser fundamental em uma análise textual observar a organização singular das

formas e os sentidos produzidos na sintagmatização encaminha que se verifique o modo de o locutor assegurar o duplo funcionamento (inter)subjetivo e referencial do seu discurso.

Portanto, acreditamos que considerar a leitura de um texto como instância analítica, a partir da integração entre forma e sentido nos contextos de emprego, possibilita que se chegue à referência deste texto, ao modo como o locutor se declara como tal e implanta o outro diante de si e, ainda, ao ponto de vista que nele é construído. Ainda, pontuamos que fazer da leitura uma instância de análise, a partir do viés enunciativo, pode contribuir com os diferentes profissionais que tomam o texto como objeto de estudo, como professores, tradutores, jornalistas etc.

Em relação aos profissionais da educação, trazemos, por fim, a declaração que faz Naujorks (2011) de que é muito importante que o trabalho da leitura como ato enunciativo, produzido por um leitor (eu) que, em diálogo com um enunciado (tu), utiliza a língua para produzir leitura (ou sentido), seja aplicado à atividade docente. Em vista disto, também acreditamos que a reflexão realizada em nosso trabalho; acreditamos que fazer da leitura uma instância analítica, a partir do viés enunciativo, pode contribuir com os diferentes profissionais que tomam o texto como objeto de estudo, principalmente com professores que pretendem levar a leitura para a sala de aula não só como “conteúdo” ou modo de aprendizagem, mas que deseja fazer com que os alunos leiam e se encantem, descubram outro mundo no ato de ler.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDETTI, Mario. Beatriz, uma palavra enorme. In: \_\_\_\_\_. **Primavera num espelho partido**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2009.

BENVENISTE, Émile. (1967) A forma e o sentido na linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989. p. 220 – 242.

\_\_\_\_\_. (1968) Estruturalismo e linguística. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989. p. 11 – 28.

\_\_\_\_\_. (1970) O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989. p. 81 – 90.

CREMONESE, Lia Emília. **Um olhar enunciativo sobre a relação entre leitura e produção textual na universidade**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2014.

DA COSTA SILVA, Carmem Luci; KNACK, Carolina; JUCHEM, Aline. **A linguagem e a experiência humana na sala de aula**. Letras & Letras, v. 29, n. 1, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

KNACK, Carolina. **Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2012.

MELLO, Vera Helena Dentée. **A sintagmatização-semantização**: uma proposta de análise de texto. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2011.

NAUJORKS, Jane da Costa. **Leitura e enunciação**: princípios para uma análise do sentido na linguagem. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Porto Alegre, 2011.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem**. DELTA, v. 34.1, 2018.

SPADINI, Guilherme. Brasil, um país desacostumado à liberdade. **HuffPost Brasil**, 2017. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/guilherme-spadini/brasil-um-pais-desacostumado-a-liberdade\\_a\\_23226592/](https://www.huffpostbrasil.com/guilherme-spadini/brasil-um-pais-desacostumado-a-liberdade_a_23226592/)>. Acesso em: 01 de dez. de 2018.

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### Beatriz (Uma palavra enorme)

Liberdade é uma palavra enorme. Por exemplo, quando termina a aula, se diz que você está em liberdade. Enquanto dura a liberdade, você passeia, você brinca, você não tem por que estudar. Se diz que um país é livre quando uma mulher qualquer ou um homem qualquer faz tudo o que dá vontade. Mas até os países livres têm coisas muito proibidas. Por exemplo matar. Quer dizer, se pode matar mosquitos e baratas, e também vacas para fazer bife. Por exemplo, é proibido roubar, ainda que não seja tão grave que você fique com algum troco quando Graciela, que é minha mãe, me manda comprar alguma coisa. Por exemplo, é proibido chegar atrasado na escola, ainda que nesse caso tenha que fazer uma cartinha, ou melhor, Graciela tem que fazer uma cartinha justificando por quê. Assim diz a professora; justificando.

Liberdade quer dizer muitas coisas. Por exemplo, se você não está presa, se diz que está em liberdade. Mas meu pai está preso e está na Liberdade, porque assim se chama a cadeia onde ele está já há muitos anos. A isso o tio Rolando chama que sarcasmo. Um dia, contei a minha amiga Angélica que a cadeia em que está meu pai se chama Liberdade e que o tio Rolando tinha dito que era um sarcasmo e a minha amiga Angélica gostou tanto da palavra que quando seu padrinho lhe deu um cachorrinho, ela colocou o nome dele de Sarcasmo. Meu pai é um preso, mas não porque tenha matado ou roubado ou chegado tarde na escola. Graciela diz que meu papai está em Liberdade, ou seja, preso, por suas ideias. Parece que meu pai era famoso por suas ideias. Eu também às vezes tenho ideias, mas ainda não sou famosa. Por isso, não estou em Liberdade, ou seja, não estou presa.

Se eu estivesse presa, queria que minhas duas bonecas, a Toti e a Mônica, fossem também presas políticas. Porque eu gosto de dormir abraçada pelo menos com a Toti. Com a Mônica nem tanto, porque ela é muito malcriada. Mas eu nunca bato nela, sobretudo para dar esse bom exemplo à Graciela. Ela meu bateu poucas vezes, mas quando me bate eu queria ter muitíssima liberdade. Quando ela me bate ou me chama a atenção eu lhe chamo Ela, porque ela não gosta que eu fale assim. É claro que eu tenho que estar muito alunada para chamá-la Ela. Se, por exemplo, vem meu avô e me pergunta onde está sua mãe, e eu respondo ela está na cozinha, todo mundo já sabe que eu estou alunada, porque se não estou alunada digo só Graciela está na cozinha. Meu avô sempre diz que eu saí a mais alunada da família e isso me deixa muito contente. Na verdade, Graciela também não gosta muito que eu a chame de Graciela, mas eu chamo porque é um nome lindo. Só quando estou muito apaixonada, quando eu estou adorando muito e beijo e abraço e aperto e ela me diz “ai menininha não me aperta assim”, então sim, eu a chamo de mãe ou mamãe, e Graciela se comove e fica muito terninha e me acaricia os cabelos, e isso não seria assim tão bom se eu dissesse mãe ou mamãe por qualquer besteira.

Ou seja: liberdade é uma palavra enorme. Graciela diz que ser um preso político como meu pai não é nenhuma vergonha. Que é quase um orgulho. Por que quase? Ou é orgulho ou é vergonha. Por um acaso seria bonito que eu dissesse que é quase uma vergonha? Eu estou orgulhosa, não quase orgulhosa, do meu pai, porque ele teve muitíssimas ideias, tantas e tantíssimas que o prenderam por causa disso. Eu acho que agora meu pai continuará tendo ideias, tremendas ideias, mas tenho quase certeza de que não vai contar para ninguém, porque, se contar, quando ele sair da Liberdade para viver em liberdade, podem colocá-lo de novo na Liberdade. Estão vendo como é uma palavra enorme?

## ANEXO 2

### **Brasil, um país desacostumado à liberdade**

É ilusão achar que um Estado autoritário passando leis que proibam ideais conservadores seja uma vitória da liberdade.

Por Guilherme Spadini

29/09/2017 19:53 -03 | Atualizado 29/09/2017 19:53 -03

Uma série de eventos recentes no Brasil me fez pensar sobre o quanto é difícil viver em uma sociedade livre.

Liberdade é um conceito delicado. Neste caso, estou falando da liberdade do indivíduo que vive em sociedade, que é sempre limitada pela liberdade de seus concidadãos, e sempre ameaçada pelos delírios autoritários do Estado.

Vou me debruçar aqui sobre três eventos mais emblemáticos: a decisão judicial sobre a tal "cura gay", o cancelamento da exposição Queer Museu e a recente decisão do STF de não proibir o ensino religioso confessional.

#### **Queer Museu**

O episódio da exposição se diferencia dos outros por não se relacionar com decisões oficiais do Estado. Simplesmente, o banco Santander, que patrocinava a exposição, decidiu fechá-la após pressão popular. Neste caso, a gritaria sobre censura é obviamente descabida, já que não houve nenhuma proibição do Estado.

Não deixa de ser triste constatar, no entanto, a facilidade com que parcelas da sociedade conseguem se organizar para proibir, fechar, impedir, a livre expressão de ideias.

Há outras considerações relevantes sobre o episódio, como o incentivo por meio do dinheiro público e classificação etária da exposição, que poderiam ter sido revistas sem, no entanto, que a mesma fosse fechada. Independentemente, a verdade é que a polarização política fez a liberdade de vítima mais uma vez.

Em uma sociedade livre de verdade, uma exposição de arte poderia ser alvo de repúdio, até de boicote, mas jamais faria sentido a necessidade de proibi-la.

Paralelo a esse episódio, aconteceu também a proibição da peça em que Jesus era uma mulher trans, que voltou a ser autorizada depois. Sinais do quanto ainda somos uma sociedade imatura, desacostumada à liberdade.

### **Cura gay**

Depois da exposição, veio a grande polêmica da "cura gay". Que teve muito pouco a ver com "cura gay", exceto nas manchetes sensacionalistas. E aqui temos um exemplo claro dos limites do poder do Estado sobre o indivíduo.

A decisão judicial avaliava a interpretação de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O teor da decisão é de que a resolução do CFP não pode ser contrária à Constituição e, portanto, não pode limitar a liberdade científica e de pensamento e expressão, que são garantias constitucionais.

Portanto, a decisão manteve o texto da resolução em tudo o que dizia respeito a não permitir o entendimento da homossexualidade como doença, de não permitir a divulgação de curas, de não permitir o tratamento involuntário de ninguém. Mas tomou o cuidado de observar que o texto da resolução não poderia ser interpretado de modo a proibir que pessoas, livremente, no contexto particular, discutam a possibilidade de "reorientação sexual" com seus psicólogos.

E também que o texto não pode ser interpretado de modo a impedir que psicólogos realizem pesquisa sobre o tema. Mas esse segundo ponto não causou furor. Voltemos ao primeiro.

A ideia de "reorientação sexual" é absurda do ponto de vista científico. Mas também o são práticas como homeopatia, florais de Bach, Reiki etc (as duas últimas largamente utilizadas por psicólogos sem proibição pelo CFP, a primeira oficialmente reconhecida pelo CFM e mantida no SUS com o dinheiro do contribuinte). Como também foi absurda a decisão judicial que obrigou universidades a fornecer remédio sem comprovação de eficácia para pacientes com câncer.

Entre decisões judiciais que proíbam tratamentos sem eficácia ou que os obriguem, ficamos entre a cruz e a espada. As últimas são patentemente absurdas, mas já aconteceram (como no caso da fosfoetanolamina).

As primeiras podem parecer sensatas, mas representariam um forçar de valores científicos goela abaixo da sociedade, proibindo que indivíduos procurem formas alternativas de tratamento, como imposição de mãos, cromoterapia, cirurgias espirituais etc. Ou seja, proibindo que as pessoas exerçam suas liberdades de pensamento, ideologia, fé, espiritualidade, que seja.

A decisão que indignou tanta gente não fez nem uma coisa nem outra. Não proibiu nem obrigou ninguém a nada. Apenas ressaltou que o texto de uma resolução de conselho profissional não pode atropelar a Constituição e, portanto, não pode impedir as pessoas de buscarem ajuda dentro de seus preceitos religiosos e ideológicos.

Esse foi um dos assuntos que mais mexeu comigo, entre os que estou examinando. Eu tive tanta vontade de me juntar a todos os meus amigos indignados. Porque eu acho que a ideia de oferecer psicoterapia para alguém que quer deixar de ser gay é odiosa. Traduz um pensamento retrógrado, preconceituoso, repressivo.

Sinto o mesmo asco que tantos dos meus amigos, LGBTs ou não, que compartilham, direta ou empaticamente, da luta dessa comunidade, da dor de quem tem de enfrentar preconceitos diariamente, de quem tem direitos civis limitados, de quem tem medo de abraçar seu companheiro na rua. Eu queria muito me juntar ao coro dos revoltados.



Mas eu simplesmente não consigo deixar de concordar com a decisão judicial. Porque milhões de pessoas no Brasil pensam diferente. E o Estado tem limitados poderes para privar essas pessoas de pensarem diferente e de procurarem ajuda profissional que acolha seu jeito diferente de pensar. E deveria ter mesmo.

A decisão judicial não revogou a resolução do Conselho. Confirmou-a. Mas tomou o cuidado de observar que ela não pode ser interpretada de modo a limitar direitos constitucionais. Um exemplo sutil de cuidado com a liberdade, com os limites do poder o Estado sobre o indivíduo, que foi muito mal interpretado por nossa sociedade, tão desacostumada.

### **Ensino religioso**

Por fim, a decisão do STF de que não pode proibir que o ensino religioso nas escolas públicas, previsto na Constituição, seja do tipo confessional.

Depois do exposto sobre a decisão da "cura gay", fica mais fácil inferir os argumentos que vou usar aqui. Eu sou totalmente contra o ensino religioso nas escolas públicas. Mas isso não estava em pauta. A disciplina é prevista pela Constituição e, portanto, o STF não ia mudar isso. Só o que o STF fez foi decidir que, onde não há previsão legal para que algo seja proibido, esse algo não deve ser proibido.

Fosse o ensino religioso obrigatório, provavelmente a decisão seria diferente. Mas não é. A Constituição obriga que a disciplina seja oferecida nas escolas, no ensino fundamental, mas como uma optativa. Os pais podem não matricular seus filhos nessa disciplina.

Por todo o Brasil, as localidades podem optar por como fazer esse ensino religioso. Ele pode ser do tipo confessional, ou do não confessional. O tipo confessional é aquele em que um professor que é religioso, tem alguma denominação religiosa pessoal, possa ensinar sua religião, seus dogmas, suas crenças. O tipo não confessional é aquele em que um professor, a princípio, não ligado a alguma religião específica, ensina o pensamento religioso de forma isenta, variada, mais técnica que propriamente vivencial.

Agora vejamos. O STF não decidiu que o ensino religioso será obrigatório. Isso já está na Constituição e só o oferecimento é obrigatório. A disciplina é opcional. O STF não proibiu o ensino não confessional. Ele continua podendo ser adotado pelas escolas interessadas. O STF não tornou o ensino confessional obrigatório. Ele apenas não o proibiu.

Então, qual o grande escândalo? Nenhum. Só mais evidências de um país desacostumado à liberdade.

Tudo isso parece um retrocesso para o movimento progressista. Mas só porque este movimento está ficando por demais acostumado a depender de leis, de regulamentações, de transformar conquistas em "direitos" bancados pela máquina do Estado. Um movimento que deveria ser a favor da liberdade, da emancipação humana, vem se tornando autoritário. Só quer reconhecer como livres os pensamentos que lhe agradam, como livres as pessoas que o seguem.

### **Isso não é liberdade. É conformidade.**

É ilusão achar que um Estado autoritário passando leis que proibam ideais conservadores seja uma vitória da liberdade. Liberdade mesmo é conviver com a diversidade de opiniões, lutar ardentemente pelo avanço das suas, mas sempre desconfiar da imposição do Estado.